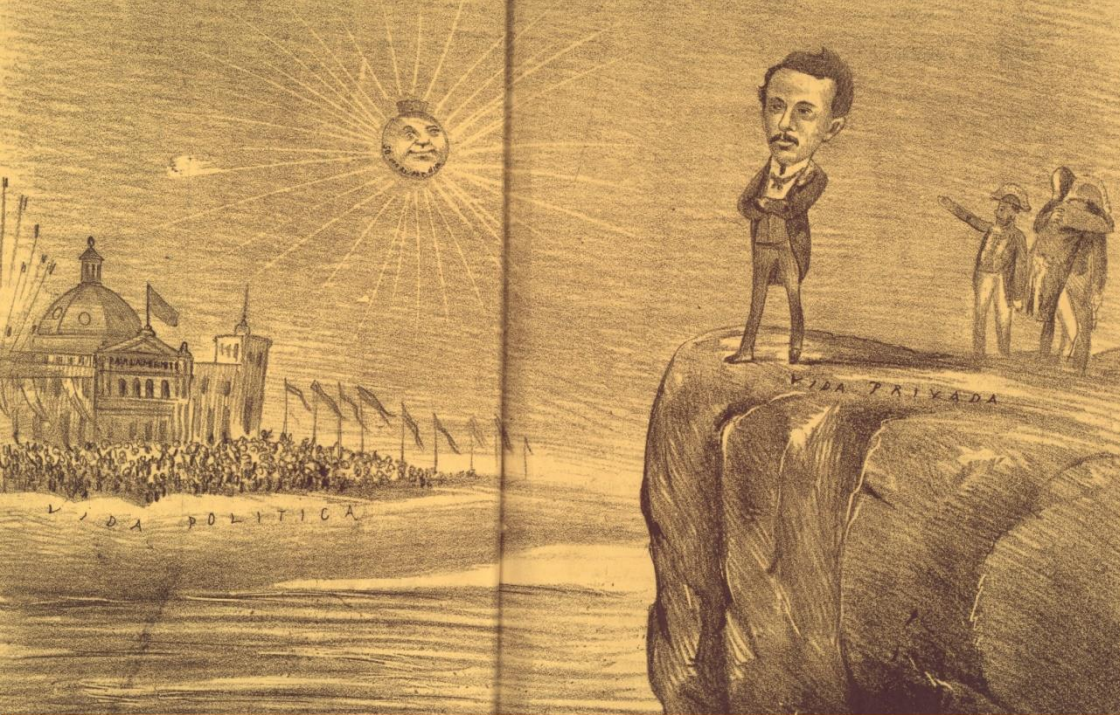




Política e imprensa liberal na cidade do Rio Grande: dois estudos históricos

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

125



UNIVERSIDADE
ABERTA
www.uab.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Política e imprensa liberal na cidade do Rio Grande: dois estudos históricos



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE

- 125 -



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Política e imprensa liberal na cidade do Rio Grande: dois estudos históricos



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE LA PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**

2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Política e imprensa liberal na cidade do Rio Grande: dois estudos históricos
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 125
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Maio de 2026

ISBN – 978-65-5306-083-8

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 9 jun. 1889.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

Um histórico do periódico rio-grandino *Artista* e suas convicções políticas / 11

A última inversão partidária imperial sob o prisma caricatural do *Bisturi* / 85

Um histórico do periódico rio-grandino *Artista* e suas convicções políticas

Ao longo da história uma das principais características dos meios de comunicação foi a de suas inter-relações com a vida política. Essas relações podem se manifestar de natureza variada – veladas, abertas, suaves, íntimas, sucintas, diretas, indiretas, discretas, veementes – mudando de acordo com as condições conjunturais e/ou circunstanciais de tempo e espaço. No Brasil, o primeiro meio de difusão de informações, bem como de divulgação e interpretação de ideias, a imprensa escrita, nasceria sob a égide do debate político e, ao longo das décadas de existência, passaria por fases de menor ou maior aproximação com a política, ocorrendo o mesmo no contexto sul-rio-grandense e na cidade do Rio Grande, uma das mais importantes localidades brasileiras no que tange ao desenvolvimento do jornalismo.

Na cidade portuária circulariam alguns dos mais importantes jornais gaúchos, tanto pela qualidade gráfica, quanto pela manutenção de linhas editoriais, ou ainda pela sua longevidade, caso do *Diário do Rio Grande*, do *Eco do Sul* e do *Artista*. Em suas origens, na década de sessenta, o *Artista* apresentou-se com características bem mais próximas dos representantes da pequena imprensa. *Semanário dos artistas*, em seus primeiros números, sua

proposta era a de constituir um defensor dos interesses dos artífices, buscando a criação de associações que os congregassem, como uma forma de combater o domínio dos “poderosos” e “aristocratas”. Porém, ainda na metade daquela década, o periódico passaria por ampla modificação tipográfica e no seu norte editorial, transformando-se em um dos mais importantes diários rio-grandinos, apresentando-se a partir de então como um jornal de cunho comercial, político e noticioso.

Ainda à época de sua criação, o *Artista* já manifestava alguns dos elementos que denotavam sua vinculação partidária, voltada ao ideário dos liberais, já a partir da sua afirmação, como periódico diário, a filiação ao Partido Liberal tornou-se cada vez mais enfática. Intentando um certo equilíbrio com seus interesses comerciais, a folha buscou adotar a estratégia discursiva de expor mais abertamente suas manifestações de cunho político-partidário em períodos bem demarcados, além disso, teve também por objetivo o de apresentar-se como representante da imprensa séria que não se entregaria às discussões apaixonadas e de natureza pessoal e sim, ao debate dos princípios e das ideias.

Ao buscar consistir-se em verdadeiro doutrinário liberal, o periódico rio-grandino, notadamente nos momentos eleitorais ou de inversões partidárias, organizava seus pronunciamentos político-partidários de forma sistemática e até didática, no objetivo de um melhor convencimento do público para com a sua construção discursiva. Com a República, o jornal sofreria uma ruptura em sua linha editorial, de modo que seu discurso político teve de passar por um processo de adaptação, resultando em condutas que variaram de uma certa neutralidade até uma fase de

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

completa indefinição editorial. Apesar de breves períodos de recuperação, a folha já deixava transparecer os elementos constitutivos de uma crise que levaria ao seu desaparecimento em 1912. Estudar as construções discursivas do *Artista* no que tange ao debate político constitui o objetivo do presente trabalho¹.

O *Artista* foi fundado a 15 de setembro de 1862, por Thomaz de Mello Guimarães, João Pinheiro de Lemos, Eulálio de Mello Guimarães, Antônio da Cunha Silveira e Francisco Pereira de Mello, operários do jornal *Eco do Sul*, em cuja tipografia foram impressos os primeiros números da folha semanária, a qual seria publicada “às segundas-feiras e dias imediatos aos

¹ A respeito das inter-relações entre imprensa e política, observar: ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa gaúcha: história, historiografia & política*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2000.; ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. *Revista Comunicação & política*. v. 6. n. 1. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 1999. p. 245-57.; e ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e política: algumas reflexões acerca da pesquisa histórica. *História em Revista - Revista do Núcleo de Documentação Histórica do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas*. v. 7. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2001. p. 93-115. Especificamente sobre a época e o lugar em pauta, ver: ALVES, Francisco das Neves. A imprensa rio-grandina nas três últimas décadas do século XIX: o espaço do discurso político-partidário. In: ALVES, Francisco das Neves et alli. *A imprensa na cidade do Rio Grande: ensaios históricos*. Rio Grande: NEHIRG, 2001. p. 41-52.

santificados”². Nesse primeiro número, os tipógrafos fundadores do periódico apresentaram o programa da nova publicação:

Pugnar pelos interesses do povo, sustentando com eles naturalmente as instituições liberais do país, a dignidade da nação e a liberdade: eis a nossa missão! Plebeus de nascimento, mas não de bons desejos, de nobres sentimentos, não possuímos de certo eloquência, nem pergaminhos que dêem peso e valor às nossas palavras; mas, em retribuição, temos princípios nossos, ideias firmes, desinteresse e coragem da convicção que falta aos especuladores políticos. (...)

Nenhuma influência local domina a nossa folha; inteiramente independente, porque ninguém pactua com o obscuro artista, (...) seguiremos o nosso caminho, obedecendo somente aos impulsos do nosso coração. Na defesa de nossa classe, usaremos das armas ao nosso alcance. A nossa linguagem será vigorosa, mas sempre decente. (...) Não fazemos promessas, o público nos julgará pelos fatos.

Um dos objetivos do jornal, à época de sua fundação, era promover a criação de grêmios que congregassem os artífices, propondo que “o artista deveria unir-se a seus irmãos de arte, para a formação de

² Sobre os primeiros tempos do periódico, observar: PEREIRA, Nalde Jaqueline Corrêa. As origens de *O Artista* (1862-3). In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG/SMEC, 1995. p. 121-31; e PEREIRA, Nalde Jaqueline Corrêa. O jornal *Artista* e seu discurso social. In: ALVES, F. N. (org.). *Imprensa & história no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 29-48.

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

associações em que, cooperando todos com ligeiro óbolo”, pudessem “aglomerar recursos para proteger sua classe”, ficando então “sobranceiros ao poder do ouro (6 out. 1862). Nesse sentido, o periódico chegou a propor a fundação de uma “Liga Artística e Operária”, no intento de combater o domínio dos “poderosos” (13 out. 1862), e lançou mão de palavras de ordem, como “da união nasce a força, fortes os artistas pelo princípio de associação encontrarão nessa força garantias a seus direitos de homens e de cidadãos” (24 nov. 1862). Para a folha, somente o princípio de associação, “debaixo da mesma bandeira unitária”, poderia permitir que fosse “moralizada a arte”, dando “nova consideração ante a sociedade”, e permitindo a reconquista dos “nobres privilégios que de direito” pertenceriam aos artistas (12 jan. 1863).

Ainda na fase em que era um semanário dos artistas, o jornal já revelava alguns de seus princípios político-partidários, como ao enaltecer a figura de Gaspar Silveira Martins, considerado como “amigo verdadeiro, sincero e único do povo”, defensor de seus “direitos e garantias” e um dos poucos políticos que erguia “o estandarte do verdadeiro e puro liberalismo” (11 maio 1863), manifestando, assim, uma aproximação com as ideias e práticas gasparistas que marcariam as convicções da folha durante praticamente toda a sua existência. Diante desse vínculo com o ideário liberal, o jornal fazia, no entanto, uma ressalva, afirmando que era liberal “como todos os filhos do povo”, consistindo, porém, em um “liberal puro”, o qual não comungava com os “princípios daqueles homens que, para obterem maioria nas câmaras, se ligaram com conservadores despeitados”; nem “nas ideias dos ministros que, para

conservarem o poder, não trepidaram em atirar a pátria ao abismo da anarquia" (1º jun. 1863).

Nessa linha, a folha promoveu veementes ataques às políticas conciliatórias e às coligações partidárias, manifestando tal pensamento já à época da publicação de seu programa, quando traçava um quadro profundamente negativo da vida política brasileira, destacando que "a corrupção cobria o país com o seu negro manto", ao passo em que os partidos adormeciam "ao canto da sereia chamada 'conciliação'", fazendo com que o "interesse pessoal substituísse a luta dos princípios"; que o "regime representativo não passasse de forma"; que o "sacro recinto do parlamento se transformasse em vasto mercado" no qual "a troca de pingues rendimentos, de altos empregos, se vendia o mandato honroso do povo"; que a "maioria parlamentar significasse 'ambição satisfeita' e a oposição, 'ambição ainda não saciada'"; que a "lei fosse mera manivela nas caprichosas mãos de uma magistratura, em sua maior parte prostituída"; e que "tudo fosse vício e corrupção", no momento em que "aqueles a quem a nação confiou os seus destinos, só tratavam de saciar a sua ambição infrene e quando para eles o amor à pátria não existia" (15 set. 1862).

Diante dessa visão, o periódico chegou a propor a seus leitores a não participação em um processo eleitoral, tendo em vista que, na sua perspectiva, a disputa estava se desenrolando entre agrupamentos não vinculados a princípios político-partidários e sim à motivação de interesses pessoais:

Hoje não vale a pena pleitear-se a eleição. Com as medidas que tomou o gabinete, é impossível que

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

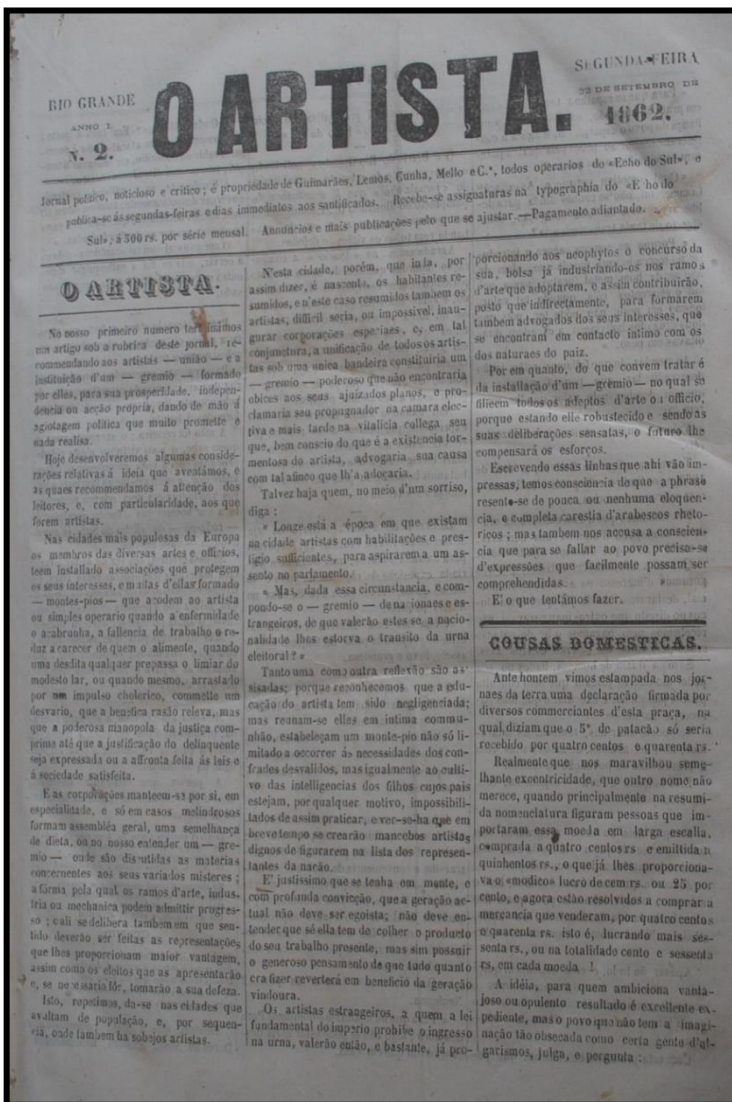
não tenha uma câmara unânime, e que não faça tudo quanto lhe der na vontade. (...) Os liberais puros que não pactuam com o governo, não irão às urnas. (...) Nem digam que estamos pregando o ceticismo político, que levamos o povo à descrença, que o arrendamos do seu dever. O ceticismo em política é filho das ligas, das amálgamas políticas, das contínuas e vergonhosas transações que são feitas à vista de todos (...). A descrença está em todos os espíritos, porque todos conhecem e compreendem o estado de desmoralização política a que nos fizeram chegar à força de transações. Morreu o princípio, predomina o interesse pessoal dos grandes. O princípio é do povo, e o povo lucra com ele, luta por ele, sacrifica-se por ele. O interesse pessoal é dos grandes, dos mimosos da fortuna, o povo não tem que ganhar, nem que perder nesse pleito de interesses individuais. Para que, pois, envolver-se nele? Deixemos os interessados guerrear-se. E algum dia, quando reviver a luta de princípios, quando de novo dominar a crença política, e quando desaparecerem ante a Sua Majestade as mesquinhas considerações de interesse individual, então o povo, dedicado, leal e forte como sempre, voltará às urnas! (8 jun. 1863)

De acordo com a intenção de representar um “liberalismo puro”, o semanário considerava que a “conciliação” havia se constituído em uma política criada a partir dos conservadores, aos quais se aliaram os liberais não convictos de seus princípios, permanecendo “na consciência de todos os brasileiros que pensavam nos negócios públicos que a conciliação era um grande mal”, pois, ao invés “da marcha regular do sistema representativo”, ocorreria “uma transação

inadmissível” entre os políticos (29 jun. 1863). Criticando as coligações entre indivíduos partidários de ideais díspares, o semanário apresentava a “liga” como uma “reunião de forças”, na qual não representavam “as ideias papel algum”, servindo como única explicação para “essa aliança material”, o “desejo de conquistar posições elevadas e de satisfazer ambições” (22 jun. 1863). Para o periódico, “o partido da liga” estava “fundado em conveniências de grupos heterogêneos”, que tinha por fim “fazer vingar interesses e aspirações de indivíduos que militaram em arraiais opostos”, não estando “a franqueza em sua índole” (3 ago. 1863).

Demonstrando sua discordância para com as coligações intrapartidárias, o hebdomadário censurava os membros da “liga”, tendo em vista “a facilidade com que, sem o menor desar, cada qual poderia militar ora em um campo, ora em outro”, de forma que “o *ligueiro* podia *desligar-se* hoje, para *religar-se* amanhã” (10 ago. 1863). Para a publicação, “o povo era simples”, sabendo “o que era liberal e o que era conservador”, de modo que “uma política complicada, cheia de mistérios, não lhe convinha porque ele não a entendia”. Afirmava também que “o povo era desconfiado e sincero”, admirando-se ao “ver homens sérios que ainda ontem pugnavam em fileiras opostas, abraçados, como se nada houvesse entre eles, e sem prévia atenção para com o país”. Diante disso, a folha propunha que o crédito popular deveria estar ao lado dos liberais que fizessem uma política “simples”, apresentando clara e abertamente seu programa reformista, de acordo com a vontade e as aspirações do “povo” (29 jun. 1863).

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS



- formato do *Artista* à época em que era um semanário dos artífices

Ainda na década de sessenta, o *Artista* promoveria uma ampla mudança no seu norte editorial³, transformando-se em uma publicação diária que se autoproclamava como “jornal político, literário e noticioso” (“jornal comercial, político e noticioso”, em 1870), passando a ser impresso em tipografia própria e tendo por único proprietário Antônio da Cunha Silveira, um de seus fundadores. O jornal mantinha sua identidade partidária, afirmando que, mesmo não pretendendo “ser o órgão da numerosa e ilustre falange liberal”, ao sustentar “uma opinião tão decidida e tão progressista no país”, estaria constituindo um “satélite daqueles astros cujos raios ao longe levavam uma justa ideia da liberdade bem compreendida e analisada” e que faziam “sobre o solo pátrio brotar nobres e inúmeros sentimentos de patriotismo sólido e vivo”. Colocava-se também no rol dos representantes do jornalismo “sério”, declarando que, na sua concepção, a imprensa era “uma arena na qual deviam unicamente descer atletas”, que

³ A natureza fragmentária que caracteriza as coleções de exemplares remanescentes do *Artista*, havendo um grande hiato entre 1863 e 1878, período do qual existem apenas alguns poucos e esparsos números, não permite identificar as reações diretas do periódico e as respectivas construções discursivas entabuladas diante de questões políticas e partidárias marcantes no cenário brasileiro das décadas de sessenta e setenta. Além disso, tal ausência de exemplares não permite também identificar o processo que levou a folha a transformar-se de um semanário ligado aos artistas em um diário noticioso, político e comercial, mudança já detectada em edição referente a junho de 1866 (segundo o próprio *Artista* de 14 set. 1903, a circulação diária teria iniciado a partir de 1º de janeiro de 1866).

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

tivessem “intacta a dignidade” da sua “missão, repelindo com energia injustos ataques e respondendo pelo mais severo silêncio às agressões degradantes e mesquinhas, filhas do despeito” (16 set. 1870).

Durante os anos setenta, os pronunciamentos político-partidários do periódico concentraram-se em uma oposição aos situacionistas conservadores, apontando para a necessidade do retorno dos liberais ao poder, tecendo considerações sobre as atitudes da agremiação conservadora como “passos retrógrados à vista da opinião pública, que todos os dias se manifestava em contrário da política maquiavélica conservadora”, ao passo que, “intacta se conservava a falange liberal, desde que abandonou a liça, onde foi suplantada, mas não vencida”. Segundo o jornal, era evidente “a necessidade de abandonar a política rotineira, a administração timorata, os princípios retrógrados”, para que se abraçasse ideias que só podiam “salvar o país, consolidando seus interesses, arrancando com prudência e perícia o cancro que o devorava”, bem como “firmando seu progresso, admitindo sem pestanejar a maior soma de liberdade” (12 mar. 1871).

De acordo com a folha, a inversão partidária era fundamental para promover uma política reformista, a qual seria inviável diante da continuidade do Partido Conservador no poder, pois, “os matizes políticos conservadores” vinham prometendo “mais do que pretendiam fazer”; e “pouco ou nada fizeram, porque a palavra ‘reforma’ era para eles a misteriosa palavra escrita em letras de fogo”, diante da qual “recuavam espavoridos, sem ao menos descobrir que atrás deles deveriam encontrar o abismo em que tarde ou cedo

deviam engolfar-se”. O jornal previa que “do tempo e da força imperiosa das circunstâncias” viria o momento que iria “por termo a tantas tergiversações e acabar com as sombras ministeriais que a favor do país pouco ou nada faziam”; quando “as mediocridades políticas” voltariam “para aquele limbo de onde não deveriam nunca ter saído”, vindo a ter “seus lugares ocupados por homens decididos”, que haveriam de ser bem recebidos pelo país, “que ansioso e, de antemão, agradecido, os esperava” (12 mar. 1871).

O diário rio-grandino, ao atacar os gabinetes conservadores além da denúncia quanto a eles não pretenderem efetivar as reformas, argumentava que as atitudes dos mesmos estariam levando o país à crise, afirmando que “o governo dormia a sono solto”, não vendo “que o resultado de seus atos inconsiderados e levianos” representavam “o abismo da anarquia e da desordem”, além de não estarem escutando “as vozes da imprensa e do bom senso que constantemente lhe tinham bradado – alerta!”. Defendia que “o povo queria e tinha direito à liberdade de voto e à liberdade de consciência”, não sendo atendido em nenhuma dessas pretensões pelos governantes do Partido Conservador (4 dez. 1874); e vaticinava que “o Império estava sobre um vulcão” e que “as coisas se encaminhavam para um abalo geral no país, pela imprevidência e falta de tino administrativo nos homens a que fora entregue o timão da nau do Estado”⁴ (15 dez. 1874).

⁴ Segundo o jornal, a crise tornava-se tão séria que nem mesmo os próprios governistas conseguiam um entendimento, apontando para as rupturas internas dentre os conservadores, ao afirmar que “enquanto extinguem-se as últimas esperanças

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

Nesta época o jornal chegou a contar com a colaboração de Zacarias de Salcedo na elaboração de suas páginas, sendo ele jornalista e político intrinsecamente ligado ao Partido Liberal e que viria a ser responsável pelo *Diário do Rio Grande*, outro periódico rio-grandino. Nesse quadro, o líder liberal, Gaspar Silveira Martins, era alvo de grande exaltação, sendo elogiado “nas diferentes posições” que ocupara, “como cidadão ao serviço da liberdade”, consagrando “à religião da justiça o culto ardente de uma consciência iluminada pelo patriotismo”. Destacava que na imprensa aquela liderança tinha, “com a sua admirável dialética e com a sua vasta ilustração, servido à causa democrática, colhendo os mais lisonjeiros aplausos deste brioso povo”; afirmava também que “a poderosa individualidade” daquele líder, revelava-se, “especialmente, quando, perante as multidões, ao ar livre, vibrava a força privilegiada dos seus robustos pulmões”, ostentando “a animação de sua viva sensibilidade de tribuno”. A folha chegou a arrolar as mais positivas qualidades de Silveira Martins, como “coração apaixonado pela Pátria, saber profundo, inteligência penetrante, imaginação pronta, retidão de juízo, vontade de ferro, caráter expansivo”, de modo que nada lhe estaria faltando “para continuar a alastrar de louros a senda brilhante de sua vida política” (16 dez. 1874).

de uma fácil conciliação entre os dois grupos do Partido Conservador dividido, assomam para o governo novas apreensões de discórdias intestinas, que trazem o incerto de sua integridade no poder” (21 abr. 1875).

Nas edições referentes aos últimos meses de 1878, o periódico proclamava as vantagens trazidas ao país a partir da inversão partidária ocorrida em tal ano. Para o jornal, o novo ministério consistia a “genuína expressão do Partido Liberal, que subira ao poder pelo impulso das suas ideias, acolhidas e consagradas” junto à opinião pública, estando “composto de verdadeiros patriotas, amigos sinceros de seu país” e de “caráteres distintos, incapazes de enganar a alguém” (8 out. 1878). Quanto a suas propostas, agiriam ao contrário do que fizeram os conservadores quando no governo, os quais teriam “convertido o país em um campo de insolentes explorações”, o qual “cejavam suas ambições e cobiça à custa do suor dos contribuintes”, utilizando o dinheiro público “não para ser aplicado às necessidades da nação, mas esbanjado, grande parte dele em proveito dos apaniguados” (11 out. 1878). Na concepção da folha, a inversão partidária possibilitara o combate ao “estado deplorável das finanças, a nenhuma disciplina administrativa” e a uma “crise governamental” que prenunciava “bem sérios receios pelo futuro do país”; dificuldades só seriam vencidas “mediante a substituição da política conservadora pela liberal”, diante do que “o horizonte despejou-se e na consciência pública fez-se a confiança” (31 dez. 1878).

Esse apoio praticamente incondicional ao governo seria abandonado a partir do rompimento de Gaspar Silveira Martins com o gabinete. O *Artista* permaneceu ao lado do líder liberal gaúcho e, manifestando suas intenções doutrinadoras, buscou explicar de forma didática as contingências políticas de então, através da publicação, em julho de 1879, de uma série de artigos intitulados “A Situação”. A explicação

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

entabulada pelo jornal tomava por base o que supostamente seria a descrição “histórica” dos fatos que teriam marcado a elevação dos liberais ao poder; em princípio, afirmava que a agremiação liberal crescera na oposição e no combate aos governos conservadores:

Durante um decênio achou-se de posse do governo do Estado, um partido estacionário, aferrado às velhas usanças que cimentavam o absurdo domínio do absolutismo e, por consequência, fanático antagonista das ideias, que tendo por gérmen a liberdade fecundada no coração dos povos, vão difundindo pelo mundo a luz radiante da verdade. (...)

Os liberais, proscritos do poder, foram levantar suas tendas nos arraiais mais modestos da Pátria, e de lá, seguindo a marcha incessante dos acontecimentos confraternizados pelos elos dessa poderosíssima cadeia que nobilita as almas, que é o patriotismo, trabalhavam comumente com o maior ardor, preparando na luminosa oficina do estudo calmo e refletido, as bases sólidas de um governo representativo, que no porvir devia garantir a liberdade e os legítimos direitos de seus concidadãos. (...) O exílio retemperava a coragem daqueles que somente aspiravam a realização de um ideal, e então dedicavam-se com perseverança e tenacidade inauditas. (15 jul. 1879)

Assim, explicava que, “enquanto no sombrio retiro do ostracismo, o Partido Liberal purificava suas nobres ideias no crisol de profundo estudo e detida meditação”, os indivíduos “dominadores do governo deixavam o país cair gradualmente do zênite de sua

prometedora grandeza, para o abismo de um estado medíocre” (16 jul. 1879). Essa situação só teria sido resolvida com a ascensão do ministério liberal, cujos membros, “compenetrados da grandiosa tarefa que lhes havia sido confiada, empenharam-se com ardor em um hercúleo trabalho”. Segundo o jornal, em um primeiro momento, o gabinete representava “uma unidade, que era a ideia liberal” e “cooperavam com suas luzes na elaboração de medidas de importantíssimo alcance, tendentes ao bem da pátria” (17 jul. 1879). Porém, apontava que “triste e amarga desilusão se preparava” em relação “àqueles que, com fé na realidade da situação, confiavam que se trataria de cimentar os seus fundamentais princípios” e estariam a esperar “mais próspero futuro”, vindo a apoiar “a dissidência de Silveira Martins por desacordo quanto aos rumos que tomava o projeto de reforma eleitoral (18 jul. 1879). Para o periódico, o ministério rompera com o programa liberal, “sob o fútil pretexto do oportunismo” e, por tal razão, exclamava que era “tempo de deixar o governo áulico do oportunismo transviar-se em sua marcha” (19 jul. 1879), colocando-se em oposição ao mesmo.

Desse modo, o jornal optou por permanecer ao lado de Silveira Martins, cuja atitude, afastando-se do governo, simbolizaria “o patriotismo, a nobreza de caráter, a solidez de princípios e o mais acrisolado civismo, cultivados por profundíssima ilustração”, estando “seu ilustre nome já burilado nos memoráveis fastos das mais brilhantes pugnas cívicas”, nas quais tinha “dado edificante exemplo de seus brios e independência à viril e heroica Província” rio-grandense. Propunha-se a seguir os passos do “apóstolo convencido da ideia liberal” (21 jul. 1879), que,

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

“como fiel executor do mandato que recebera do povo, reclamou o cumprimento, em sua plenitude, do artigo primeiro do programa do partido”; ato no qual “encontrou apenas um, que como ele, manteve-se na gigantesca atitude de herói”, ao passo que os demais “hasteavam um outro estandarte, soltando o estrídulo grito de oportunismo” (22 jul. 1879).

Diante dessa situação, o *Artista* declarava-se como oposicionista ao gabinete, colocando-se “nos arraiais onde se desfraldava ao som dos hinos da liberdade o lábaro santo da política liberal, simbolizada no programa organizado em 1869”, uma vez que se considerava um “filho da democracia e, embalado desde a juventude por esses cânticos que falavam ao coração do patriota e dedicado”, de modo que “não poderia fugir ao cumprimento do honroso e santo dever de defender as livres instituições do povo, quando estas estivessem ameaçadas de falseamento”. Para o jornal, era seu dever partilhar da “sorte, boa ou má, da ilustre e heróica falange que, hasteando a bandeira liberal, na oposição combatia com energia e patriotismo um governo” que procurava “despedaçar as garantias legais do povo e estabelecer o domínio do servilismo e da corrupção”, vindo a lançar “ao mesmo tempo a conflagração no seio do glorioso Partido Liberal” (24 jul. 1879). Defendendo-se das acusações de outros jornais de estar rompendo com sua filiação partidária, o periódico declarava que era e continuaria sendo “órgão liberal, porque ainda não abjurara dos princípios escritos na bandeira luminosa” dessa agremiação e por isso movia “tenaz oposição ao governo” que não cumprira “o programa do glorioso partido, em nome do qual escalara o poder”. Afirmava que o ministério poderia receber

qualquer nome, “menos o de legítimo liberal”, diante do que protestaria “em nome desse glorioso partido”, que possuía “um passado honroso, burilado nos anais da pátria” (15 set. 1879).

Em fevereiro de 1880, a folha rio-grandina publicou uma nova série de artigos, nos quais didática e sistematicamente, censurava as atitudes do ministério, ao qual negava a designação de “liberal”. Nesses pronunciamentos, praticamente diários, intitulados “Doutrina Política”, o jornal afirmava que o gabinete estaria dominado por uma “política mesquinha, corruptora e de interesses pessoais”, que, “com a maior ousadia, tentava esmagar a que se inspirava na nobreza de princípios, a bem da grandeza da pátria”, através da “opressão, corrupção e falsificação”, consistindo-se o governo na “feitura do poder pessoal”, que procurava “corromper para plantar mais solidamente seu domínio”. Diante disso, o periódico enfatizava que se colocava “na enérgica e decidida oposição imposta pelo dever, e, sustentando o lábaro dos legítimos princípios liberais”, analisaria “os acontecimentos, para que o povo se acautelasse contra os assaltos da sedução, que conduziria fatalmente à subserviência” (21 fev. 1880), característica do “absolutismo indecorosamente disfarçado” (24 fev.1880), que estaria marcando a vida política brasileira.

A queda do Gabinete Sinimbu foi recebida com aplauso pelo jornal, afirmando que estava demitido o ministério “que tantas calamidades causou ao país”, concretizando-se “um acontecimento de há muito previsto e ansiosamente esperado”; estando “a nação de parabéns”, ao ver “os sectários do oportunismo sucumbirem finalmente no profundo abismo, que com o

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

maior escândalo cavaram". Explicava que os membros daquele gabinete haviam subido "ao poder com a elevada garantia de um passado honrado", porém, "seduzidos pelos efêmeros atrativos ali encontrados, tudo sacrificaram", saindo do governo, "condenados pela opinião nacional e, acima de tudo, levando na frente o estigma da apostasia". Para o periódico, "a sentença dos coevos já se manifestara eloquentemente" e, mais tarde, viria "o julgamento frio e calmo da história", a qual analisaria "os males, que por única herança legara o ministério que fora atirado à vala comum" (8 mar. 1880).

No mesmo sentido, o diário rio-grandino declarava que "o país inteiro levantava-se para saudar com regozijo a ascensão do novo gabinete", em uma "lisonjeira esperança", inspirada na "confiança, na honradez e na firmeza política dos ilustres estadistas chamados a conjurar a crise melindrosa com que lutava a nação". Desejava que "a providência iluminasse aqueles que iam dirigir os grandes interesses do Estado, e que seus atos, consequentes de suas ideias já conhecidas e com ardor sustentadas no seio do Parlamento" fossem "sempre inspirados pelo legítimo amor à pátria". Considerava que, com a renovada situação, desabrochava "uma nova era política, repleta de promessas e com a mais viva sinceridade ao influxo da febre patriótica", pois, "só assim, seriam dissipadas a indiferença e descrença que ameaçavam enervar a verdadeira ideia liberal, tão energicamente sustentada pelos sinceros patriotas", de modo que o governo conseguiria "a simpatia e confiança do povo, que nestes últimos tempos tinham sido tão abaladas" (29 mar. 1880).

A nova situação ministerial levaria o *Artista* a uma suavização de seu discurso político-partidário até o final de 1883, período no qual os conservadores praticamente não apareceram nos pronunciamentos da folha. Assim, a construção discursiva do jornal voltou-se à consolidação do Partido Liberal no poder, bem como à defesa de alguns pontos do programa dessa agremiação⁵. Sobre o contexto regional, o periódico proclamava que “a situação política da Província estava amplamente definida”, pois aqueles que haviam ousado “macular as tradições do verdadeiro Partido Liberal” estavam “acabrunhados ao peso de suas ignomínias”, uma vez que “por toda parte” viam “tremular galhardamente a bandeira dos luminosos princípios da edificante escola liberal” (19 abr. 1880). Já nas

⁵ Sobre a reforma eleitoral, o periódico afirmava: “A representação política não foi, até agora, em nosso país, a manifestação real da vontade popular (...). Os deputados não saíam investidos de seu honroso mandato do seio do povo que os elegia, surgiam, antes do amplo bojo das conveniências dos poderes governamentais. Não vinham da grandeza de uma causa, afagada pelas simpatias populares e entravam nos parlamentos pela parte ilegítima da corrupção e da mentira política. (...) Hoje, porém, que se entrega ao eleitor, todo o direito de manifestar a sua vontade soberana; hoje, a eleição direta promete ao país uma representação genuína e legítima de suas aspirações e desejos” (20 out. 1881). Já quanto ao ideal da abolição da escravatura, destacava que esta era uma das ideias “mais adiantadas do presente século, que faz hoje, por assim dizer, a mais legítima aspiração de todos os bons patriotas, daqueles que mais se dedicaram à prosperidade de nossa cara pátria, essa ideia, repetimos, que em nós tem sempre encontrado a mais sincera adesão” (10 mar. 1882).

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

campanhas eleitorais, o diário defendia “os relevantes serviços prestados pelos conspícuos membros” do Partido Liberal, de forma que só eles saberiam “corresponder à confiança com que fossem distinguidos, honrando a responsabilidade assumida pelo seu partido, perante os seus concidadãos” (26 jun. 1880).

Nessa fase, a folha esteve sob a orientação de Arthur Rocha⁶ e, apesar do abrandamento nos pronunciamentos políticos, prosseguiu fazendo apologia de sua filiação partidária, propondo-se a entabular suas apreciações tendo por base “os preceitos da escola liberal e inspirando-se em luminosas ideias tendentes à grandeza moral e política da pátria” (2 ago. 1880). Considerando-se como um jornal tradicional e incondicionalmente liberal, o periódico autoproclamava-se como “liberal por índole e por ideias”, estando, mesmo “nos piores dias do partido, sempre a serviço de

⁶ De acordo com Ari Martins, Arthur Rodrigues da Rocha (1859-1888) foi o redator do *Artista* durante boa parte da década de oitenta. Rio-grandino de nascimento, estudou em Porto Alegre, tornando-se funcionário dos Correios e Telégrafos. Além de jornalista, foi teatrólogo, poeta e contista. MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, IEL, 1978. p. 489-90. Sobre o jornalista, Aquiles Porto Alegre afirma: “Durante alguns anos redigiu o *Artista*, em cujas colunas deixou o mais belo atestado dos seus méritos como ardoroso polemista. Era liberal exaltado e pelo seu ideal político bateu-se sempre com extrema paixão”. PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, s/data. p. 66. Após a morte de Arthur Rocha, o *Artista* contou com diversos redatores como Camboim Filho, Adolpho Torres Sobrinho, J.M. Moraes e Francisco Pinto de Carvalho.

sua causa”, embasado no “desinteresse do patriotismo e o patriótico desinteresse da crença profundamente arraigada”, segundo a qual combatera “com o denodo do batalhador que nunca desertara de seu posto de honra”, ficando, assim, “com a consciência do dever cumprido escrupulosamente” (22 out. 1881).

Mesmo assim, o jornal buscava esclarecer que não era órgão “do” partido e sim, “pelo” Partido Liberal:

O *Artista* não foi nunca e nem é atualmente órgão oficial de nenhum partido político. Defende e sustenta, é certo, os princípios do Partido Liberal, ao qual está filiado desde que surgiu à luz da publicidade, e em vinte anos de existência tem procurado conservar-se sempre fiel às suas ideias e voluntário firme no seu posto de combate. Não recebeu, porém, do Partido Liberal do Rio Grande a honrosa delegação da sua confiança para sustentar na imprensa os seus interesses, e nem mesmo deseja, nem disputa a quem quer que a possa ter. Fica mais desvanecido de poder correr espontânea e livremente em socorro da causa política a que adere (...), do que se tivesse a obrigação de defendê-la e cumprisse simplesmente o seu dever. O *Artista* é uma empresa puramente particular, livre e desembaraçada de quaisquer compromissos com os partidos (...).

Se uma ou outra vez esta folha tem mostrado gozar de confiança íntima dos chefes liberais, não importa isso em prova de ligação oficial com o partido. Essa confiança deriva simplesmente da dedicação que nos reconhecem e constitui, por assim dizer, o prêmio único dos esforços que em todos os tempos temos despendido para a grandeza, unidade e prestígio do liberalismo rio-grandense. Fique, pois,

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

de uma vez para sempre positivamente acentuado que a nossa ação da política liberal do Rio Grande é toda espontânea e filha unicamente do grande e intenso amor que nos inspira um credo político, que tantos e tão assinalados serviços tem prestado ao país e especialmente a esta nobre e generosa Província. (28 ago. 1883)

A partir do último trimestre de 1883, os conservadores reapareciam nas páginas da folha. Diante da ação do partido adversário, o jornal considerava que a agremiação liberal estava “sendo vítima da mais sistemática e injusta oposição”, pois, para os conservadores, “qualquer insignificância era um pretexto para o ataque desabrido e para a condenação formal”; de modo que “tudo se aproveitava, tudo se utilizava, tudo se explorava”, para apontar os erros dos governantes, “não se lembrando os acusadores” que as dificuldades pelas quais passava o país, eram “apenas a consequência do triste legado da situação conservadora”. Segundo o periódico, os partidários da oposição também não recordavam “que todos esses erros, abusos e faltas”, os quais eram atribuídos aos governistas, haviam praticado “eles quando dominavam o país, e que só depois de o haverem estragado e quase corrompido foi que o passaram para as mãos” dos liberais (18 dez. 1883).

A retomada do conflito discursivo com relação aos oposicionistas conservadores tinha por fim defender a já instável situação liberal. O jornal apontava para a “insensatez dos conservadores”, os quais estariam cometendo desatinos com o único fim da obtenção do poder, afirmando que os membros do Partido

Conservador, em toda parte, levantavam uma “grita descomunal contra a situação dominante”, procurando, “por todos os meios, incutir no espírito das massas, que o Partido Liberal nada tinha feito pelo país e nada poderia fazer se continuasse na governança”. O diário condenava tal procedimento, destacando que não seria “por esta forma, gritando, atacando a todos e a tudo, intrigando, caluniando e ocultando a verdade” que os conservadores atingiriam seu intento, uma vez que “o povo” já conhecia “suficientemente o costume desses políticos, que por amor ao poder e unicamente ao poder”, lançavam “mão de todas as armas, inclusive da difamação e da calúnia, para chegar a seus fins” (17 jan. 1884). A folha chegou a qualificar os conservadores de “anarquistas”, explicando que, uma vez apeados do poder, aqueles ficaram “deslocados e não se resignaram a ver o país dirigido por outro partido”, consistindo-se essa na “causa do estado permanente de irritação dos homens da *ordem*”, os quais teriam tornado-se “verdadeiros elementos de perturbação na vida parlamentar” (7 jun. 1884).

A oposição conservadora era retratada pelo jornal como injusta e indigna, bem como incapaz de retomar a administração pública nacional. Afirmava que os “adversários, em falta de ideias com que se recomendassem à simpatia pública e à consideração do país” punham em prática toda a “especulação torpe e baixa que lhes sugeria a imaginação, escaldada pela febre de sucessivas derrotas”. Considerava também que “a ferocidade, a sanha, a impatriótica tenacidade” com que os conservadores lutavam contra o gabinete liberal, não passava de “um meio, astutamente procurado, para embaraçar a situação e determinar a ambicionada

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

ascensão de seu partido à alta governação do Estado". Explicava, enfim, que um "partido sem ideias, sem princípios, sem objetivo econômico e social, preso simplesmente à rotina e à letra da Constituição" - da qual fez, "em todos os tempos, a panaceia", com que julgava "poder curar todos os males que atacavam o organismo nacional" -, como seria a agremiação conservadora, não estaria apto a governar em uma época "em constante e ininterrupta evolução e desenvolvimento" (19 fev. 1885).

Diante da inversão partidária de 1885, o periódico considerava que a situação conservadora seria pouco duradoura, uma vez que o Partido Conservador não teria condições políticas ou programáticas capazes de acompanhar a conjuntura de então. Para o jornal, nas "circunstâncias da política brasileira, nada parecia mais transitório e efêmero do que o governo conservador", uma vez que "o partido chamado da ordem estava, moral e materialmente incompatibilizado com o poder", em uma incompatibilidade que permaneceria enquanto não fossem "convertidas em lei do país as reformas que constituíam o programa liberal, pelas quais a opinião clamava empenhadamente em flagrante divórcio" compatíveis "com as ideias e conveniências do partido" situacionista. Na perspectiva da folha, o Partido Conservador ascendera "às regiões do poder numa época eminentemente evolucionária", de modo que dentre os problemas presentes "na cena política do país, nenhum se compadecia com a natureza, as tendências e a própria educação desse partido reacionário e retrógrado". Explicava, desse modo, que questões "afagadas pelo espírito público", como a do fim da escravidão, "a descentralização das províncias, a

autonomia dos municípios, o casamento civil, a grande naturalização, a modificação do censo eleitoral”, presentes no programa liberal, “só por uma aberração, um verdadeiro fenômeno político-partidário, poderiam ser realizadas pelos homens que se achavam à frente dos negócios do país” (29 ago. 1885).

Tendo em vista a dicotomia entre os partidos hegemônicos nos contextos nacional e regional, o jornal entabulou veementes escritos em defesa dos interesses provinciais que estariam sendo prejudicados pelo governo central conservador. Destacava que a Província já começava “a sentir os perniciosos feitos da mudança de situação”, voltando-se “aos tempos em que tudo era sistematicamente negado pelos governos que se sucediam na cena política do país”. Afirmando que já contava que, “com a ascensão do Partido Conservador, a Província viesse a sofrer em seus interesses”, uma vez que “as lições da experiência e o testemunho dos fatos não só autorizavam, mas justificavam” estas apreensões, o diário protestava contra a forma pela qual o Rio Grande do Sul estaria sendo tratado, ou seja, “como um território conquistado, ao qual se negavam todas as garantias e direitos e se exigiam todos os tributos e vassalagens” (1º set. 1885). Na concepção do periódico, “nada absolutamente tinha a Província a esperar dos governos conservadores”, já que este agrupamento sustentaria, “de longa data, um estranho ódio pelas vergonhosas derrotas” que o mesmo teria sofrido “em vários e sucessivos pleitos políticos”, de modo que, afirmar “que se inaugurou no país uma situação conservadora” equivaleria a dizer que para os rio-grandenses começara “um período de sistemática e

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

calculada negação de todos os seus direitos e necessidades” (25 set. 1885).

Segundo a folha, a Província, que “dirigida e governada pela política liberal”, chegara a ser “a verdadeira escola de altivez cívica e de independência política do Império”, estaria “sendo vergonhosamente aviltada e abatida pelo Partido Conservador”, pois esse partido, “sem ideias, sem diretores, sem filiações patrióticas e sem intuítos definidos”, só pensava e cogitava em desmoralizar os gaúchos perante o Império, fazendo-os “regressar aos ominosos tempos em que o Rio Grande do Sul não passava, politicamente considerado, de um *burgo-pobre*”. Proclamava que estava “na memória e na consciência pública que o Partido Liberal, pela força de suas ideias, pela energia e atividade de seus representantes”, conseguira “erguer esta Província do abatimento em que jazia”, à época da situação conservadora, tornando-a “decisivamente influente nos altos negócios do Estado e na vida política da nação” (24 abr. 1886).

A circunstância pela qual se realizou a ascensão do Partido Conservador ao poder era considerada como ilegítima pela folha rio-grandina, uma vez que teria efetuado-se a partir da decisão “pessoal e autoritária” do soberano, sem levar em conta a opinião pública. Dessa maneira, o jornal não poupava críticas nem mesmo à figura do Imperador, afirmando que o partido governista, em nome do qual se estaria perpetrando “os maiores atentados contra a lei e contra os direitos do cidadão, representava uma mínima parte da opinião nacional” e que o mesmo não ascendera “às regiões do poder pela porta larga da moralidade e do direito” e sim, “pela porta escusa da ilegalidade e do arbítrio”.

Destacava que “com a maioria no Parlamento e franco apoio da nação, os liberais foram apeados da governação do Estado”, graças a um “ato de inconcebível prepotência política” ao “*quero* absoluto daquele que tudo podia, apesar das sábias e cautelosas restrições que a Constituição lhe impunha”, escarnecendo “dos direitos do povo de que se dizia amigo” (14 jan. 1886).

A partir do segundo semestre de 1886, o *Artista* arrefeceria seu espírito combativo, dedicando-se a mover cautelosa e moderada campanha pelo Partido Liberal, explicando que não seria naquele momento que a população “rio-grandense haveria de voltar as costas aos representantes do partido político a que o Rio Grande do Sul devia todos os seus progressos e adiantamentos” (14 dez. 1886). Já o ano de 1887 foi marcado por um silenciamento do discurso político-partidário da folha, reflexo de uma certa desistência das lutas partidárias de parte do proprietário. Diante dessa situação, Antônio da Cunha Silveira venderia o jornal, a 31 de dezembro de 1887,

⁷ Em seu artigo de despedida, Cunha Silveira, fez questão de destacar o papel desempenhado pelo *Artista* junto à comunidade rio-grandina, como um dos representantes da imprensa “honesta e séria”: “Deixo hoje a direção e propriedade desta folha, que fundei e mantive por espaço de vinte e cinco anos (...). Orgulho-me de poder dizer que passo ao meu sucessor um jornal honesto, que nunca mercadejou com a consciência, nem traficou com a justiça; que, através de todos os embaraços com que lutou, resistiu sempre às sugestões dos corruptores que pretenderam dominá-lo pelo interesse; um jornal que soube conservar-se em todos os tempos fiel às ideias com que pela primeira vez apareceu à luz da publicidade e que não tem, nem no passado, nem no presente, fatos que o envergonhem ou que o deslustrem. (...).

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

para Franklin da Fonseca Torres, também ligado às lides jornalísticas, tendo sido funcionário em diferentes jornais rio-grandinos. Por ocasião dessa mudança de proprietário, em declaração “Ao Público”, era apresentado um novo programa, o qual mantinha as diretrizes básicas até então seguidas e afirmava, quanto à política, que “continuando a defender a política liberal, o *Artista* evitaria cuidadosamente toda e qualquer polêmica que, fugindo do terreno elevado dos princípios”, pudesse “atingir as raias onde acabava o cidadão e onde começava o homem” (2 jan. 1888).

De acordo com o princípio de continuar a defender os preceitos liberais, durante os primeiros meses de 1888, o jornal dedicou-se a constantes argumentações quanto à falta de legitimidade das atitudes do governo conservador, o qual estaria apropriando-se indevidamente de pontos fundamentais do programa liberal, mormente no que se referia à questão da escravatura. Para o periódico, o ministério conservador era “franco e insubsistente”, não havendo em seu seio “um ministro que tivesse prestígio próprio, real e decisivo”. Na perspectiva da folha, os conservadores, “escravocratas por natureza”, só haviam se declarado emancipacionistas quando perceberam “que a ideia abolicionista apossara-se de todas as classes e interessava à opinião geral na solução do grande problema”; fazendo-se então de abolicionistas, “para colher sem trabalhos nem dificuldades as glórias”, as

O *Artista* acompanhou sempre com dedicação todas as questões de interesse material ou moral que suscitaram nestes vinte e cinco anos, quer em benefício do Rio Grande em particular, quer da Província em geral” (31 dez. 1887).

quais deveriam “caber de fato e de direito àqueles que não se pouparam sacrifícios para incrementar a ideia e firmá-la no espírito público”, ou seja, os liberais (12 mar. 1888). Acusava, dessa forma, os membros do governo conservador, por sufocarem “a coerência com as ideias do passado”, mudando “completamente o rumo das opiniões que calorosamente sustentavam até a véspera do dia em que foram chamados a colaborar na governação do Estado” (14 mar. 1888).

Na opinião do diário rio-grandino, as contingências político-sociais de então exigiam uma administração liberal, uma vez que, ao promover uma “invasão por assim dizer sacrílega, do santuário” no qual “o Partido Liberal guardava os princípios da sua escola política e as ideias que constituíam o seu programa de governo”, eram os próprios governistas que estariam indicando “que a época não era para governos conservadores, que a época reclamava e exigia governos liberais” (23 mar. 1888). Segundo a folha, a abolição não se consistia em uma aspiração de cunho partidário, no sentido de não pertencer aos governantes conservadores, e que se vincularia, isto sim, aos interesses nacionais, como um todo, afirmando que a abolição não seria “uma conquista do Partido Conservador, que, ao contrário, sempre lhe opusera enérgicas resistências”, constituindo uma “questão patriótica, numa questão nacional, em que desapareceram as barreiras partidárias para dar lugar somente aos interesses do país” (4 maio 1888).

A Lei Áurea encontrou eloquente enaltecimento às paginas do *Artista*, ao proclamar que os brasileiros passavam a ser “um povo livre, numa pátria livre”, uma vez que “libertar o escravo dos horrores do cativeiro”

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

fora o mesmo que “libertar a pátria da vergonha de ter escravos”, pois “a escravidão era um crime secular, que não poderia ser punido, mas que deveria ser reparado”. Afirmava também que chegara “uma época em que era impossível compreender o domínio do homem sobre o homem”, na qual “a civilização, o direito e a humanidade reclamavam imperiosamente a cessação desse criminoso abuso”, sendo “absolutamente preciso atacar de frente, com toda a energia e vigor a condenada instituição que maculava as leis e desconceituava os costumes” do país. Colocando-se como antigo militante da ideia abolicionista, o periódico saudava: “no Brasil não havia mais escravos e senhores”, todos eram “um povo de irmãos e de livres” (14 maio 1888). Para o jornal, o fim da escravidão só fora possível graças ao apoio do Partido Liberal, “legítimo e verdadeiro” representante desse ideal⁸.

Não podia ser mais nobre, nem mais patriótica do que foi a atitude do Partido Liberal diante da grande questão do elemento servil. Apesar da usurpação de que foi vítima em uma ideia que pertencia ao seu programa político e que lhe

⁸ Segundo a folha, os conservadores estavam apropriando-se ilegitimamente das ideias liberais, não só com referência à questão da escravidão, bem como com relação a outros pontos do programa liberal, como o pensamento em torno da descentralização política e administrativa (19 jun. 1888). Explicava, assim, que “as reformas do Partido Conservador têm sido feitas para segurar a posse do poder, e para pôr em prática essas reformas, que eram do programa liberal, e contra as quais os conservadores se bateram durante muitos anos, tiveram de tomar a nossa bandeira” (16 jan. 1889).

cumpria executar quando chegasse o momento oportuno de fazê-lo, o Partido Liberal sacrificou o seu amor próprio (...) para apoiar o governo com toda a lealdade e fazer triunfar no Parlamento a humanitária ideia de redenção dos cativos (...). E aí está porque é sempre o Partido Conservador quem converte em fato as ideias liberais. Quando somos nós a agitá-las e a promovê-las no governo nunca achamos em nossos adversários políticos a patriótica abnegação de que acabamos de dar eloquente prova na questão do elemento servil (...). Os liberais votaram em massa pelo projeto abolicionista [pois] diante da indeclinável necessidade de extinguir a escravidão, (...) os liberais atenderam apenas ao dever que o patriotismo lhes impunha, sem cogitar de glórias nem aplausos. (...) Não fizemos, de fato, a abolição, nós os liberais, mas, de direito, fomos nós que realizamos a grande reforma, já porque sempre a sustentamos, já porque foi ainda pela nossa patriótica condescendência que ela saiu triunfante do parlamento nacional. (16 maio 1888)

Tendo em vista essas supostas incongruências, o periódico prosseguia a vaticinar de que o fim do ministério conservador estava próximo, destacando que a existência deste não seria “muito duradoura, porque a condescendência e a submissão não poderiam ser meios de governo” (3 dez. 1888). Traçando um paralelo entre a ação dos liberais e conservadores no Rio Grande do Sul, o jornal comparava, de um lado, os liberais que teriam dado “à Província os melhoramentos materiais de que ela gozava, que pugnando sempre pelo seu engrandecimento material”, não viriam a descuar nunca a instrução popular e que conquistaram para a

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

Província o lugar proeminente que ocupava”, e, “do outro, os conservadores, sem direito à gratidão pública, porque nenhum serviço tem feito”, permanecendo “sem títulos que pudessem testemunhar os seus esforços, no passado, em favor do adiantamento e do engrandecimento desta terra”. Continuava a comparação, afirmando que os liberais tinham “ideias políticas” bem conhecidas, ligadas ao programa reformista, ao passo que o Partido Conservador tinha a “ideia única e predominante da resistência a todas as aspirações nacionais, cujo lema era a conservação própria”, sendo uma agremiação que se submetia, “por interesse, a todas as humilhações, que adorava num dia o que apedrejava na véspera, um partido” com o qual “os fortes se sujeitava às mais degradantes imposições e sofria em silêncio as maiores afrontas”, enquanto “contra os fracos, exercia as mais indignas violências e praticava as mais injustas arbitrariedades” (29 dez. 1888).

Na mesma linha, o diário afirmava que eram “bem conhecidos” os fatos que serviam para “demonstrar e patentear, sem que nenhuma dúvida pudesse subsistir, a desorganização e o esfacelamento do grupo que se arrogava os foros de partido”, o qual não passaria “de uma agremiação de especuladores”, os quais seriam “ligados pelo interesse comum de ódios baixos e sentimentos indignos”. Qualificando os conservadores como “especuladores que tinham sido prejudiciais às finanças e que tanto aviltaram os princípios da honestidade e da moralidade”, indicava que, “na Província, era tão grande a série de escândalos praticados pela administração conservadora que seria interminável a sua enumeração”, havendo, “por toda a parte o abuso, a arbitrariedade, a violência, a concussão

e a fraude” (16 jan. 1889). Para o jornal, a forma mais eficiente de eliminar a situação conservadora seria através das urnas, quando ficaria ressaltado não só o valor do “princípio liberal, como ainda a grandeza de caráter de um partido que, apesar de oprimido pela mais infrene cabala”, soubera “enfrentar com toda hombridade as torpes ameaças, enxotando com o tacão os míseros salteadores de pingues empregos” (1º abr. 1889).

O periódico reputava o gabinete conservador de “odioso, opressor e inepto”, fazendo, “do nepotismo e da violação das leis, um meio de governo”. Diante da situação nacional, o jornal fazia pessimistas previsões, destacando “graves apreensões pelo futuro do país”, que estaria “abalado pelas manifestações do espírito público e pelos estremecimentos subterrâneos que faziam vibrar o organismo social”. Acusava o ministério de não dar “satisfação a nenhuma das necessidades do país, a nenhuma das justas aspirações liberais da população”; afirmando que “sem homens e sem princípios, a situação conservadora, pelos seus erros e pela incapacidade de seus ministros, anarquizou todos os ramos da administração” e ainda “sublevou o sentimento nacional”. Concluía, explicando que a nação atravessava “uma fase excessivamente difícil”, carecendo de “uma política larga, séria e honesta, que lhe assegurasse a maior soma de liberdades e garantias” (9 maio 1889), necessidade que só poderia ser suprida através de uma administração liberal⁹.

⁹ Dentre os erros administrativos atribuídos aos conservadores, o jornal destacava “os imorais contratos de imigração, as escandalosas concessões de engenhos centrais,

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

A ascensão dos liberais ao poder na formação do último gabinete monárquico foi entusiasticamente recebida pela folha, que anunciou a inversão partidária como “a boa nova que era ansiosamente esperada”, dando “os parabéns à Província e ao país, por ver apeada do poder a situação conservadora, cuja ominosa administração tão prejudicial tinha sido ao país”, em um “triste espetáculo de desmoralização e de desordem”. Afirmava que “nas críticas circunstâncias do país o Partido Liberal, assumindo as rudes responsabilidades da governação”, dava “uma solene demonstração do seu patriotismo e do seu devotamento pelo bem da pátria”. O jornal congratulava-se, assim, pela subida dos liberais

obras de portos, estradas de ferro e empréstimos, distribuídas aos amigos, aos parentes, aos afilhados, aos filhos” a todos “que se agruparam em volta do gabinete para saciar a ávida voracidade. Nos auxílios à lavoura, prestados insuficiente e tardiamente, na legislação dos bancos regionais, na regulamentação da lei sobre bancos de emissão (...), em todas as questões sobre as quais o governo teve de providenciar, são evidentes os erros que ele praticou, a sua incompetência, a nulidade das medidas postas em prática”. Na opinião do diário, as falhas do governo conservador, mormente quanto à falta de medidas complementares à Lei Áurea, levavam ao avanço do movimento republicano, afirmando: “entre a corrente da propaganda republicana que se alevanta como um partido organizado, preparado e disposto a lutar pelo voto, e até pela revolta, e o sentimento individual dos que ficaram colocados, pela transformação social que se operou no país, nas difíceis condições do depauperamento ou da miséria, a descrença e a insubordinação que lavram pelo país inteiro ameaçam e abalam até as instituições estabelecidas” (9 maio 1889).

“ao poder e por ver inaugurada na pública administração uma era de moralidade e de justiça” e dava “vivas” ao “progresso com moralidade e à liberdade que era o lema da bandeira” liberal (8 jun. 1889). Para o periódico, a situação conservadora caíra do poder, “com o gabinete, que desceu a vala dos executados, amortilhado no sudário de imoralidades e de escândalos”, os quais “lhe valeram o cognome infamante pelo qual haveria de ser designado nos fastos parlamentares” ficando também “sem apoio de nenhuma das classes da sociedade, porque de todos se alheou pelos seus erros e pela sua inépcia”, de modo que “nunca” um ministério teria deixado “o poder assoberbado por tão geral e afrontosa condenação”¹⁰ (10 jun. 1889).

¹⁰ Diante do quadro de crescente crise política, o *Artista* defendia que o Partido Liberal representaria a única solução para vencer as dificuldades que estariam ameaçando até mesmo a estabilidade das instituições monárquicas: “O sistema constitucional tem sido falseado, as leis tem sido violadas pelos governos. É infelizmente certo. Importará isso, porém, que seja infalível e fatal uma reforma radical da forma de governo? Não o pensamos, antes estamos convencidos que ela é perfeitamente compatível com as grandes reformas liberais, a que a população aspira. O que é preciso é entrar francamente no caminho das reformas, para que o povo intervenha na administração do país, assumindo a responsabilidade dos seus destinos. A agitação atual, mistura confusa de crenças sinceras e de interesses prejudicados, que aspiram por uma indenização, desaparecerá logo que o povo se convença de que em vez de comparsa, assumirá o papel que legitimamente lhe pertence nos negócios públicos. É esta a missão do Partido Liberal, subindo ao poder no momento

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

A escolha de Gaspar Silveira Martins para a Presidência do Rio Grande do Sul foi elogiada pelo jornal e apontada como atestado do “critério e elevada compreensão das necessidades do país, pondo à frente do governo da Província um homem do prestígio, da influência e do reconhecido mérito”, na figura daquele líder liberal. Na opinião da folha, Silveira Martins conhecia “perfeitamente a Província, os seus homens, as suas necessidades e as suas aspirações”, tendo reservado para esta “uma dedicação nunca desmentida, consagrando constantemente a sua palavra, a sua energia e os seus esforços em favor do engrandecimento e da prosperidade” rio-grandenses. Previa, desse modo, que a administração daquela liderança, “pautada pelos severos preceitos da justiça e da lei”, seria “larga e fecunda” como “inquebrantável”, havia sido “a sua dedicação pelos interesses desta terra”. Manifestava plena confiança no “eminente estadista” e saudava “o preclaro e devotado chefe do brioso partido, cujo patriotismo brilhantemente fulgurava nos fastos da heróica Província do Rio Grande do Sul” (5 julho 1889).

Mesmo admitindo a gravidade da situação pela qual estaria passando o país, naquele momento, a folha rio-grandina não aceitava, no entanto, qualquer hipótese quanto à modificação da forma monárquica, destacando que, apesar das “graves circunstâncias” de então, as mesmas não eram “tão assustadoras como por exagerado temor se afigurava a uns e, por cálculo interesseiro, apregoavam outros”. Antes da mudança na

atual, missão difícil em verdade, mas não superior ao patriotismo e à dedicação de que tantas provas” têm dado os liberais (10 jun. 1889).

forma de governo, o jornal propunha que era preciso “regenerar os costumes e formar o caráter dos cidadãos” (5 jul. 1889). Criticava os republicanos, considerado-os como “profetas interesseiros e apaixonados”, que exageravam a agitação e apregoavam “que as apostasias que se reproduziam eram indício infalível que em breve a erupção do vulcão republicano subverteria os alicerces das instituições” monárquicas. Segundo o periódico, “a evolução política de um povo não dependia do caminho que seguiam determinados indivíduos, mas da soma das vontades nacionais”, considerando que “a questão da forma de governo era uma verdadeira abstração, que não se realizaria e não se impunha como necessidade social”, se não no momento em que se condensasse “nos costumes e nas tendências das populações” (11 jul. 1889).

Na perspectiva do jornal, estavam enganados aqueles que se insurgiam “pelas explosões de despeitos”, e que julgavam “inevitável e próxima a transformação das bases do governo nacional”; bem como estavam iludidos os que supunham “inevitáveis os exageros de reformas, os extremos da revolução e a subversão de todos os princípios e instituições”, pois esqueciam que só seria “possível a existência e o progresso com a harmonia e a cooperação de todos os elementos”. Defendia, dessa maneira, que “para a verdadeira democracia moderna, a questão não era de forma, mas de liberdade prática, de desenvolvimento amplo e profícuo de todas as forças do organismo nacional”. Buscava, assim, garantir que “após tantos anos de paz e de prosperidade”, sob a Monarquia, o país não iria “lançar-se às aventuras perigosas de uma jornada” que punha “em risco a sua tranquilidade e a sua integridade, seduzido apenas pela enganadora

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

miragem de um ideal que, praticamente estava reconhecido não ser superior” à forma monárquica. Pregava a desconfiança contra os republicanos, uma vez que os mesmos estariam sustentando “uma causa que tirava forças e alento da insensatez”, sacrificando “os sagrados interesses da pátria às suas paixões ambiciosas e odientas” (11 jul. 1889).

A censura de parte do periódico também se direcionava aos republicanos de última hora, apontando que, “ao lado dos republicanos idealistas, que ambicionavam a república, seduzidos pela beleza teórica do sistema e embalados por harmonias metafísicas”, se agrupavam “os convertidos, os despeitados que queriam a revolução, não pelo que ela podia construir de sólido, em benefício do país, mas pelo que ela poderia destruir”, vingando “os seus ódios e saciando os sôfregos desejos da ambição”. Para a folha, a maioria dos que formavam “nas fileiras dos adversários do sistema de governo, não eram crentes verdadeiros” e sim “conversos de última hora, ambiciosos vulgares, que ao sentimento de vaidade ofendida e ao desespero das pretensões malogradas”, sacrificavam “as convicções, vendendo a consciência pelo único desejo de se vingar” (11 jul. 1889). Ressaltava, de acordo com essa ideia que não assustavam “as apostasias que os adeptos da república exalçavam como indício do seu próximo advento” (12 jul. 1889).

A fragmentação do Partido Conservador e a retirada de parte de seus membros para o campo republicano era qualificada pelo jornal como uma atitude ilegítima, injustificável e perigosa às instituições monárquicas. Na opinião da folha, “a desorganização, a confusão e a anarquia” que lavrava no seio dos conservadores, “crescia e avolumava-se com progressiva

intensidade, de dia para dia”, sendo inaceitável que muitos dos sectários dessa agremiação tivessem “abjurado a antiga fé e atirado ao mar a pesada carga das convicções e crenças passadas”, indo “arregimentar-se entre os sapadores que visavam a subverter as bases do governo”. Argumentava que os conservadores, “em vez de se unirem aos que defendiam a ordem e a tranquilidade do país, defendendo o sistema”, haviam ligado-se aqueles que pretendiam “subverter a ordem das coisas estabelecidas”; cegos que estavam pelo “despeito e pelas paixões pessoais”, não estariam percebendo “o perigo de darem apoio” aos republicanos, o que não importaria “em uma simples traição a sua fé, mas em verdadeiro suicídio”. Nesse sentido, vaticinava que os conservadores, ao estimular a agitação, em vez de buscar acalmá-la, viriam “a arrepender-se amargamente”, se aquela “simples faísca”, que contava com “a sua errônea compreensão e o seu auxílio”, viesse a transformar-se “em um incêndio assustador” (1º ago. 1889).

Essa “simples faísca” acabou por transformar-se em um “incêndio assustador” bem mais depressa do que o próprio jornal poderia prever. O perigo de subversão das instituições monárquicas, representado pelos republicanos e previamente anunciado pela folha viria a concretizar-se com o 15 de Novembro. Dentro de sua perspectiva de que a mudança na forma de governo não representaria o remédio para a crise brasileira, bastando para isso a manutenção e o revigorar do programa reformista dos liberais, o *Artista* sofreria a partir da proclamação da República uma ruptura nos seus rumos editoriais que progressivamente avançariam até uma perda de identidade e uma indefinição editorial que

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

viriam a caracterizar a existência do periódico até a virada do século XIX para o XX.

A construção discursiva entabulada pelo *Artista* passaria por significativa desestruturação a partir da mudança na forma de governo, uma vez que deixaria de existir o alicerce de seu discurso político, o qual estava moldado de acordo com o jogo partidário das duas agremiações em confronto durante o período imperial¹¹. De acordo com a ideia manifesta pelo jornal de confiança na continuidade da Monarquia, a qual, na sua concepção, conseguiria contornar a crise que marcava a vida brasileira, a República foi recebida pela folha com certa indiferença e encarada como um “fato consumado”, advindo da “fatalidade dos acontecimentos”, mas, mesmo reafirmando que não tinha militado junto aos ideais antimonárquicos, propunha-se a cooperar com a nova situação estabelecida:

A República passou de sonho dos adversários da velha organização a fato consumado, pela fatalidade revolucionária dos acontecimentos. Não

¹¹ Acerca das repercussões da nova forma de governo junto ao jornalismo rio-grandino ver: ALVES, Francisco das Neves. *Que tipo de República?* – a implantação da nova forma de governo sob o prisma da imprensa rio-grandina: da aceitação à decepção. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 235-241.; e ALVES, Francisco das Neves. “*Em nome da verdadeira república*”: oposição e resistência ao castilhismo na imprensa rio-grandina (1890/1898). In: *Anais da XVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1998. p. 277-282.

fomos dos que estiveram na brecha e se bateram para operar a transformação que se realizou. Ao contrário, estivemos ao lado dos que defendiam a antiga construção social, porque, em nossa consciência, questão superior à forma de governo era a da ordem pública e a Monarquia tinha em seu favor a tradição. Defendendo as instituições, não era a Coroa, nem a dinastia, mas a paz e a unidade nacional, que procurávamos manter. Para nós, a vantagem das instituições estava no fato de existirem e de, à sombra delas, ter mantido a paz e a estabilidade, realizando-se o progresso e o desenvolvimento da nação. (...) Aceitamos a ordem de coisas estabelecidas, aderimos ao movimento reformador; acompanhá-lo-emos. Acreditando, embora, secundária a questão de sistema político e agora, como sempre, sendo o nosso fito principal a ordem pública, entendemos que no momento atual, ante os sucessos que se desdobram, não dever haver senão brasileiros, e que o dever de todos é cooperar, sem exclusões nem divergências, cada qual na medida da sua condição, para que a reconstrução do edifício social derrubado se efetue sem comoções que estorvem a atividade nacional, sem conflitos que nos possam fazer retroceder no caminho da civilização. (...) Não estivemos entre os que trabalharam para destruir o que existia. Somos, porém, brasileiros e a todas as questões e a todas as divergências antepomos a paz e a prosperidade da Pátria e, por isso, cooperamos, na medida exígua das nossas forças, para que a obra de reconstrução de conclua e afirme para glória da nação brasileira. (18 nov. 1889).

Segundo a folha, era fundamental deixar bem esclarecida a sua posição diante daqueles

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

acontecimentos, porém, afirmava não querer perder-se em “tergiversações”, por considerar que “o momento não aconselhava a acender paixões, mas antes a abafar suas labaredas”. Destacava que “aderindo à nova ordem de coisas”, não intentava “prestar serviços a uma causa vencedora”, a qual não dedicara “auxílio antes da vitória”, buscando não praticar qualquer atitude interesseira “de fazer jus ao agradecimento dos que trabalharam para o triunfo”. Afirmava que, como todo brasileiro deveria fazer, aceitava “o fato consumado, na obra da reconstrução do edifício social derrubado”, cooperando, “nos limites fixados pela compreensão do seu dever, para que ela se realizasse em completa paz e sem sacrifício da liberdade e dos direitos dos seus concidadãos” (20 nov. 1889).

Ainda no intento de manter sua postura doutrinária liberal, o jornal buscou defender que os membros do extinto Partido Liberal poderiam ter um relevante papel a representar junto à sociedade brasileira, mesmo após a derrubada da Monarquia. Afirmava que a agremiação liberal deveria adaptar-se à nova forma de governo, tendo “de fatalmente modificar-se, segundo as suas ideias e os deveres que lhe impuser o bem da pátria”, isso, porém, não seria “motivo para que se dissolvesse e desaparecesse”, ou ainda que fosse “excluída de colaborar na reconstrução” nacional. Segundo o periódico, a participação dos liberais era completamente legítima, já que as suas “ideias e tendências democráticas estavam exuberantemente assinaladas na história da vida constitucional e a cujos esforços e trabalhos” seria devido “o caminho andado na estrada da liberdade, que preparou a nacionalidade para a transformação” que ocorrera. Defendia também que “a

forma de governo não foi jamais o espírito essencial do liberalismo, nem a base do seu organismo político” e, ao defenderem a Monarquia, “os liberais não o faziam senão por entenderem que mais valia melhorar e aperfeiçoar o que existia do que arriscar a tranquilidade e a integridade da pátria” (30 nov. 1889).

Os moldes ditatoriais através dos quais se guiava o novo governo republicano, logo serviriam de motivo à censura de parte do diário rio-grandino, o qual considerava que aquele regime já começava a não mais ser justificável, tendo em vista a estabilidade política. Apontava também para o fato de que não seria legítimo estender as medidas autoritárias ao contexto regional, afirmando que não lhe parecia “justo e razoável que a ditadura se estendesse aos negócios particulares dos diversos estados”, uma vez que, “pela própria natureza do organismo federativo, ao Governo Federal não cabia regular senão os interesses gerais da comunhão e as relações entre uns e outros estados”. Diante da estabilidade das instituições fundadas a 15 de Novembro e da “marcha tranquila e regular da evolução democrática”, o periódico argumentava que as medidas ditatoriais não tinham razão de ser e que constituíam “um perigo para a autonomia” das unidades da federação, podendo delas “resultar um estorvo ou impedimento à livre manifestação da vontade do povo, único poder legítimo e soberano nos regimes democráticos” (5 dez. 1889).

Nesse sentido, o termo “incoerência” passou a ser a palavra de ordem do jornal¹², que ainda buscou

¹² A esse respeito, a folha afirmava: “Consequência necessária da incoerência que vai pela administração pública, resultado

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

manter o seu caráter doutrinário original, intentado apresentar didaticamente a sua versão para os fatos que marcavam a implantação da nova forma de governo. Nesses pronunciamentos, a crítica centrava-se em apontar as contradições dos governantes republicanos, argumentando que se avolumavam e se condensavam “as sombras no horizonte político, onde, além da desarmonia entre os homens que assumiram a missão de estabelecer as bases do regime novo”, notavam-se “inexplicáveis hesitações e incoerências nos seus atos e nas medidas adotadas”. Descrevia que, “em tudo e por todos os lados” via-se “claramente uma falta de coesão, uma desarmonia de vistas, uma carência absoluta da persistência indispensável à próspera e pacífica reorganização da pátria” (4 mar. 1890).

Outra das “incoerências” do novo governo apontadas pelo periódico esteve relacionada com a questão do cerceamento à liberdade de imprensa, afirmando que recebera “com a maior surpresa” a notícia do Decreto de 29 de março de 1890 o qual produzira “as mais vivas apreensões no ânimo dos que sinceramente se interessavam pela pacífica consolidação

fatal da falta de unidade de vistas dos homens a que a revolução cometeu a missão de iniciar as práticas do regime democrático, sérias divergências têm surgido já, e outras ameaçam estalar em breve, comprometendo o trabalho da reorganização nacional e fazendo vacilar as mais robustas convicções alentadas pela idéia democrática”. Essas divergências trazem consigo “o espírito popular hesitante e apreensivo, pela previsão dos resultados manifestadamente prováveis de uma política sem coesão e sem orientação fixa” (11 mar. 1890).

da nova ordem de coisas e pelo bem-estar da pátria". No entendimento da folha, a coerção "das imunidades da imprensa impediam o livre pronunciamento da opinião pública", da qual "ela era órgão natural e o mais extremo defensor, pelo que a sua plena liberdade seria a mais poderosa garantia dos direitos do povo". E confirmava seus receios, declarando que não haveria "sociedade livre onde não houvesse liberdade absoluta na manifestação do pensamento", pois "a publicidade e o livre direito de exame eram o princípio moralizador dos povos", uma vez que "a liberdade só seria funesta aos despotismos e às corrupções" (5 abr. 1890).

O exclusivismo partidário, praticado notadamente no Rio Grande do Sul, era mais um dos elementos que não contava com a aceitação do jornal, o qual considerava que "a regeneração da pátria reclamava o concurso de todos os seus filhos, sem distinções de procedência, sem exclusões e na mais perfeita concórdia" (4 mar. 1890), objetivo que teria sido atingido se "o exclusivismo adotado como norma de governação não tivesse obstado ao conagraçamento e à unificação de todos os esforços". Para a folha, o exclusivismo constituía um "grande erro e imenso perigo" e um "elemento pernicioso" que dificultava a "fixação de todos os esforços em bem da consolidação do regime instaurado", afastando do governo "a cooperação eficaz de uma grande parte do povo brasileiro". Acusava que, no contexto sul-rio-grandense, a "errônea orientação" exclusivista estaria levando a

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

formação de um “mecanismo político”, completamente “desengonçado”¹³ (30 abr. 1890).

Fazendo constantes referências à necessidade de uma reconstitucionalização do país, o *Artista* acusava a “ditadura republicana” de estar prolongando-se além do necessário, bem como de ter extrapolado à sua função original, já que, “em vez de se limitar a manter a ordem e assegurar a livre manifestação da vontade nacional no prazo mais curto”, o regime ditatorial “deixara-se dominar pela febre de reformar e de legislar, menosprezando muitas vezes as normas do federalismo e violando a pré-estabelecida autonomia dos estados”. Explicava que às “dificuldades naturais que se deviam esperar na fase de transformação” que o país atravessava, “vieram juntar-se as dificuldades criadas pelos erros e pelas incoerências que produziram as divergências”, as quais estariam “explodindo em antagonismos no seio” do poder (19 set. 1890).

Mesmo o processo eleitoral, do qual deveria resultar a reorganização institucional do país, não foi aceito como legítimo pelo jornal, por considerar que as eleições não representavam a vontade popular, afirmando que o resultado das urnas não seria “a legítima expressão do sentimento nacional, mas a representação do poder” dos governantes, uma vez que, “sob a ameaça do julgamento sumário das leis repressoras da opinião” e “com um sistema de eleições” controlado pelo governo, “o que saiu das urnas foi a

¹³ No sentido de combater esse exclusivismo no Rio Grande do Sul, apesar de não entabular pronunciamentos de apoio direto à União Nacional, o jornal deu constante divulgação aos manifestos e à proliferação de tal frente partidária.

vontade do poder e não o voto popular”, pois “a consciência nacional emudeceu e uma grande parte da população teve de exilar-se no abandono dos seus direitos políticos”. Diante disso, a folha destacava que não se afirmara “a soberania popular”, consolidando-se “a ideia humilhante de que não era do povo a direção dos seus destinos, mas do governo o domínio”, bem como “arraigou-se na consciência popular a convicção da nulidade dos seus esforços e da sua impotência” (19 set. 1890).

Passado praticamente um ano da instauração da República, o diário rio-grandino fazia uma avaliação bastante negativa desse período, considerando que os obstáculos inerentes à transformação da forma de governo vinham sendo “avolumados pelos erros dos diretores da política nova”, os quais, “para exercer domínio absoluto e para impor a sua vontade como única lei”, teriam “desorientado o espírito público pela corrupção, pelo desprezo da opinião e pelo sofisma dos princípios essenciais da democracia”, vindo a ressuscitar “o fetichismo e a subserviência às personalidades, contra a qual outrora protestavam e combatiam”. Para o jornal, os governantes não permitiram o pleno “exercício do voto, reduzindo a mera fantasmagoria o direito concedido, violando a independência e a vontade do eleitor com um regulamento preparado” no sentido de “impor a vontade dos depositários do poder”. Concluía, afirmando que “o sentimento da dignidade cívica, a moralidade da nação, não se levantaram nem se fortaleceram, porque, no desempenho da sua missão democrática, o poder” teria “prosseguido nos mesmos erros e obedecido aos mesmos vícios do passado, mantendo no povo a convicção desalentadora de que a

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

vontade dos que governavam era absoluta e soberana” (11 out. 1890).

Já em 1891, o periódico exclamava que “a ditadura prolongava-se”, apontando para a “intenção latente no espírito do chefe do Estado” de impor “a sua vontade e a converter em lei o seu modo especial e *sui generis* de ver e julgar as coisas, prolongando os limites vexatórios de uma ditadura, incompatível com a dignidade” dos brasileiros. O grande receio do jornal era que, mesmo quando entrasse “o país num regime definitivo de justiça e liberdade”, o Presidente persistisse na “intenção manifesta de concentrar na sua vontade toda a iniciativa que a revolução entregou aos órgãos do poder”. Diante disso, apelava à “honra da nação” a contrariar aquela situação, evitando o estabelecimento, “em ostentosa plenitude, em todo o seu domínio execrando, da velha e desmoralizada fórmula o *Estado sou eu*” (4 fev. 1891).

As medidas autoritárias de controle social e político adotadas pelo governo republicano no Rio Grande do Sul constituíram-se em importante fator que levaria o *Artista* a declarar-se “afastado da luta política” (8 maio 1891). Diante da coibição mais direta e incisiva, o jornal passou a silenciar quanto aos assuntos político-partidários, buscando demonstrar um caráter apartidário, imparcial e independente:

Ocorrendo a revolução que banuiu as instituições monárquicas, o *Artista* colocou-se numa expectativa simpática para com a nova situação que chamava a si o compromisso de alargar o âmbito das liberdades populares, dando plena realização às grandes aspirações nacionais. Sem resistências para com a

revolução triunfante, o *Artista*, subordinando-se à lei irrevogável da evolução, procurou (...) cooperar para que se traduzam em realidade as grandes e generosas aspirações que visam a grandeza e a felicidade da pátria.

Sem ódio, sem exclusivismo de seita, sem preferências de tribo, ele acentua a sua posição em face dos acontecimentos que evolutivamente modificam sua orientação (...), mantendo uma atitude correta, digna e imparcial, encontra no favor público esse apoio generoso e espontâneo, que é o maior e o mais honroso galardão a que pode fazer jus a imprensa séria, honesta e independente. (15 set. 1891)

Foi somente após o Golpe de Estado promovido por Deodoro da Fonseca e do afastamento de Júlio de Castilhos do governo rio-grandense, que o jornal voltou a manifestar suas convicções políticas. Quanto ao movimento que se preparava no Rio Grande do Sul visando à derrubada do Presidente da República, o periódico aplaudia a “vitória da revolução”, pela qual o “povo” rio-grandense teria retomado “seu lugar de honra à frente dos povos mais entusiastas da liberdade”, em uma “patriótica e nobilitadora” ação, “respondendo com a mais sagrada e a mais nobre das revoluções ao despotismo brutal do governo da República”. Destacava que o “povo” gaúcho não aceitara “a escravidão que um tirano caricato teve o devaneio de impor-lhe”, de modo que aquela “revolução”, quando fosse submetida ao “juízo imparcial da história”, iria “refulgir na página mais bela, como uma das manifestações mais augustas ou pelo menos mais simpáticas da bravura, da coragem e da independência de um povo” (12 nov. 1891).

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

Para a folha, Deodoro havia conculcado “a vontade do povo, expressa no pacto fundamental da República”, buscando “reduzir este povo heroico e generoso a um rebanho de tímidos cordeiros, ou transformá-lo num troço de escravos sem os estímulos da dignidade e do brio”, sufocando “todas as sugestões de patriotismo e todos os impulsos de sua honra vilipendiada pela mais estupenda e retrógrada das tiranias”. Considerava o presidente como “conspirador, inimigo da ordem e do progresso”, praticante da “fraude e do canibalismo político”, devendo todos, “sem distinções de partido e sem relutâncias prejudiciais”, promover a luta até que fosse “completa a obra da reivindicação solene dos brios” dos brasileiros, os quais não deveriam descansar “um só momento”, continuando “a julgar a liberdade em perigo, até que a tirania do centro se visse obrigada a capitular” (13 nov. 1891).

A 24 de novembro de 1891, o periódico noticiava que afinal caíra “a ditadura grosseira, prepotente e vexatória, imposta à nação brasileira”, de modo que “o insulto irrogado à soberania nacional foi larga e cavalheirosamente vingado com a deposição forçada do inconsequente soldado” o qual não soubera “honrar as tradições brilhantes de um passado glorioso”, não honrando “também o mandato supremo que lhe fora confiado pela soberania popular”. Na perspectiva do jornal, “a deposição do déspota”, devera-se essencialmente “ao Rio Grande do Sul, a esta heróica terra, berço eterno e baluarte inexpugnável da liberdade”, a qual cabia “a glória de ser o iniciador deste nobre e magnânimo movimento de reivindicação dos brios e da dignidade da soberania nacional”; além do

Exército e da Armada, também responsáveis pela “glória de serem intérpretes e executores da vontade nacional”.

Revelando a manutenção de suas afinidades partidárias, o jornal saudou o retorno de Gaspar Silveira Martins do exílio, manifestando sua esperança de que naquele líder político estivesse uma possibilidade de solução à crise na qual submergia o país. O diário declarava então que era com festa que recebia, “ao solo de seu berço natal, o regresso do emérito rio-grandense”, portador das “boas normas” e as “moralizadoras práticas políticas, de sentimentos altruísticos, de uma identificação sincera com a idéia republicana e de uma fé viva na supremacia das instituições democráticas”. Apontava aquela liderança como elemento ideal às necessidades do país, o qual estaria precisando “de um braço forte, de um ânimo reto, de um espírito superior e cheio de abnegação”, que desfraldasse “aos ventos da liberdade e da tolerância política a bandeira da paz e da confraternização da família rio-grandense” (8 fev. 1892), naquele momento de iminente conflito bélico.

O período do Governicho, notadamente durante a administração de Barros Cassal, contou com opiniões significativamente negativas de parte da folha, a qual afirmava que “nunca um governo, um partido ou uma escola” se desacreditara “tão depressa como sob a administração efêmera e interina do Sr. Dr. Barros Cassal”, o qual havia subido “ao poder em nome de princípios que a vitória da revolução consagrara”, cabendo-lhe, portanto, “a responsabilidade da máxima observância prática aos princípios cuja defesa reunira em armas as legiões rio-grandenses contra a ditadura do centro”. Porém, ao contrário, aquele político, através de uma “apostasia completa e ostensiva”, tornara-se “um déspota, um tirano” e “um ditador por sistema intolerável e inconsequente”. O periódico pregava a

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

todos, “sem exceção de partido ou cor política”, que militassem “no jornalismo independente”, servindo “ao progresso, à política e à civilização rio-grandense”, que rompessem com aquele governo, cujo chefe parecia “disposto a tornar-se um *Napolean le petit*” apontando este como “um dever de honra, imposto pela dignidade do jornalismo livre, pelo próprio civismo dos que não quisessem retrogradar na escala das grandes conquistas da liberdade” (30 mar. 1892).

Para o jornal, o governo da dissidência republicana era amplamente contraditório, e sobre ele, questionava como se poderia acreditar na sinceridade de uma “facção que representada no poder por um de seus mais fervorosos sectários”, obrigava este “a representar o papel de *Jano* político, oferecendo duas faces inteiramente opostas”; ou ainda, como acreditar “na fervorosa sinceridade do revolucionário” que se sublevava contra “uma ditadura odiosa” e, colocado no poder, “arvorava-se em ditador ostensivo”, renegando os princípios do movimento de Novembro de 1891 (1º abr. 1892). Esse desacordo com os republicanos dissidentes chegou a levar a folha a criticar o positivismo, apontando as possíveis falhas da “doutrina de Comte”, denominando-a de “seita positivista” (30 abr. 1892). Ainda com relação ao caráter oposicionista assumido pelo periódico quanto aos representantes da dissidência do Partido Republicano, o *Artista* censurou acremente a Demétrio Ribeiro, Antão de Faria e Barros Cassal, chamando-os de “trindade sinistra” que em muito estariam prejudicando os interesses dos rio-grandenses (1º jun. 1892). Na perspectiva do diário, os liberais gasparistas não deveriam manter qualquer vínculo político com relação aos dissidentes do

castilhismo¹⁴ (16 maio 1892). Os constantes adiamentos das eleições à Convenção Rio-Grandense também constituíram alvo da censura do periódico, que atacou tanto a Barros Cassal, quanto ao General Barreto Leite por tal atitude (9 maio 1892), este último governante também foi criticado pelas constantes demissões que promovera nos quadros públicos gaúchos (31 maio 1892).

Diante desse cenário de crise, o diário rio-grandino manifestava seu receio quanto à conjuntura político-econômica nacional, afirmando que a “ninguém era permitido encarar com indiferença o quadro lutuoso da deplorável situação” na qual se achava o país, “arremessado à beira do abismo da ruína pelos

¹⁴ Com referência ao Congresso de Bagé, o jornal interpretava que a partir do mesmo ficaria evidente a impossibilidade de união entre os liberais, apegados a seus princípios, com “a natureza heterogênea dos elementos que formavam” a dissidência republicana; e explicava que “em vez de distinguirmos um mal nessa ocorrência que inevitavelmente deveria dar-se mais cedo ou mais tarde, descobrimos a fonte benéfica de uma série de profícuos resultados políticos. Antes a discriminação leal, conscienciosa e clara do que a confusão hipócrita, obedecendo a sugestões de interesses. Temos, pois, dois partidos no Estado, duas coletividades que mereçam este nome – a que obedecerá a chefia do Sr. Dr. Gaspar Silveira Martins e a que reconhece como chefe o Sr. Dr. Júlio de Castilhos. A outra dissidente há de desaparecer indeclinavelmente, eliminada, absorvida pela força das circunstâncias” (2 abr. 1892). Nesse sentido, o periódico desconsiderou o Partido Republicano Federal como força oposicionista, encontrando no Partido Federalista o autêntico representante da oposição gaúcha.

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

desacertos contínuos dos que assumiram a tremenda responsabilidade de sua reconstrução política”. O jornal referia-se a uma “tríplice crise”, que envolveria a crise política, a financeira, advinda da prática governamental do Encilhamento, e, finalmente, a comercial, originada a partir das duas anteriores. Segundo o entendimento da folha, a crise política fora “determinada pela súbita transformação nas instituições e pelo pouco critério que inspirou os principais fatores da revolução”, permanecendo os novos governantes “menos empenhados em cercar a República de simpatia e adesões do que em firmar o domínio de um exclusivismo funesto” (4 maio 1892).

Os pronunciamentos de natureza político-partidária seriam novamente interrompidos a partir do retorno de Júlio de Castilhos ao poder. O jornal que chegara a criticar a doutrina positivista à época do enfraquecido governo de Barros Cassal, não repetiria tal atitude diante do forte e autoritário governo de Castilhos, retomando então a argumentação de consistir-se em um representante da imprensa neutra e apolítica. Autoproclamava-se como “estranho às lutas partidárias e alheio inteiramente às conveniências de seita ou facção”, estando, “mais do que nunca disposto a manter uma neutralidade rigorosa”, fazendo votos “que o prélio travado se decidisse pacificamente ou pelo melhor dos modos”, sem que houvesse “o doloroso desgosto de assistir ao derramamento do sangue rio-grandense”. Diante do confronto que se preparava, manifestava o desejo de que o país não desse “ao mundo o espetáculo de um povo que se trucidaria com a fúria dos canibais”, e, mesmo reconhecendo que “a situação era assaz grave”, argumentava que se fazia “mister pedir

inspirações ao bom senso e ao patriotismo” (18 jun. 1892).

Dessa forma, o jornal mergulharia em nova fase de silêncio político e seu discurso, além de voltar-se aos argumentos de neutralidade, imparcialidade e independência, direcionou-se também às manifestações em prol de buscar uma solução pacífica para o conflito político-militar que se preparava nas terras e fronteiras gaúchas. O periódico justificava seu discurso pacifista pelo fato de que “o choque das armas vibradas por irmãos contra o peito de irmãos” assumiria sempre um aspecto do terror “de uma luta feroz, de uma luta canibal, em que as leis da civilização e os princípios mais santos da liberdade eram postergados criminosamente”, em um quadro pelo qual ficavam “esquecidos, no auge do furor bélico, os próprios sentimentos de generosidade”. Desejava que a luta se restringisse às ideias e aos princípios, resolvendo-se “pacificamente pela vitória da opinião pública manifestada legalmente pelos órgãos legítimos da publicidade”, quer pela imprensa, ou “do alto da tribuna popular, ou emanando triunfante do seio das urnas”. Conclamava então, em nome da República e “dos mais altos interesses da pátria”, que todos fizessem votos pela paz, “antes que o raio da guerra civil, se fizesse ouvir, juncando de cadáveres a face da terra querida” (7 jul. 1892).

Com relação à violência que vinha ganhando terreno no Rio Grande do Sul, o periódico chegou a explicar que a mesma devia-se, em grande parte, às atitudes dos agentes do poder estadual, destacando que “violências, como as que se tinham praticado, sem necessidade de ordem alguma”, consistiam “precedentes funestos, verdadeiras armas de dois gumes”, as quais,

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

em um dia poderiam “ferir cruelmente a vítima”, mas, no outro, deveria “ferir de um modo também implacável o que ontem foi algoz”. Desejava que os “péssimos auxiliares da situação que se glorificavam com as arbitrariedades de que eram autores”, viessem a refletir que eram eles “os mais perigosos adversários do partido dominante”, uma vez que estariam coagindo a liberdade e imolando “os direitos e garantias do cidadão laborioso e pacífico”, redundando em possíveis inimigos do governo. Segundo o jornal, se a “aspiração real” dos governantes deveria ser “a legalidade na acepção legítima da palavra”, de modo a dar aos seus concidadãos “justiça e liberdade, sem restrições de ordem alguma”, ou seja, “para gregos e troianos”. A folha ainda afirmava que era a “confiança no patriotismo e na inteligência elevada do cidadão que acabara de ser eleito governador”, que a levava a alimentar “a convicção de que ele haveria de procurar restabelecer o império da lei e da liberdade” de que andavam “divorciados” os sul-rio-grandenses (24 nov. 1892).

A questão da liberdade de imprensa, que desde o estabelecimento da República ganhara maior espaço nas páginas do *Artista*, passou a ser ainda mais abordada no início de 1893, quando o jornal denunciava um controle direto sobre suas atividades de parte das autoridades locais. A folha que destacava o orgulho que possuía por “sustentar uma neutralidade sem limites, uma abstenção completa das lutas estéreis da política”, declarava-se surpresa por ter sido intimada pelo Subintendente Municipal, para ser informada de que não deveria dar publicidade a “quaisquer notícias alarmantes referentes ao movimento político do Estado”. O periódico argumentava que sempre repelira “a

perniciosa ideia de trazer para as colunas de um jornal que pretendia adquirir os foros de imprensa séria e criteriosa, notícias inverossímeis e exageradas”, vindo a dar “curso aos boatos”; e defendia-se, afirmando que “nunca” tratara de uma possível “derrota ou da posição do Sr. Dr. Júlio de Castilhos”, ou ainda outras informações que pudessem vir a ser “consideradas alarmantes” (22 fev. 1893).

Na perspectiva do diário rio-grandino, a repressão pela qual estariam passando os jornais seria injusta e desigual, uma vez que, enquanto os periódicos legalistas tinham plena liberdade, as folhas oposicionistas e as independentes, dentre as quais o *Artista* buscava inserir-se, passavam por pesado cerceamento. Tendo em vista essa situação, o jornal acusava que a imprensa estava sendo coagida, uma vez que, diante daquela intimação

... como sempre fomos obedientes a quem pode e não estamos fora de aceitá-la; mas *Santo Deus*, se a isso nos obrigar a *lei da rolha*; porquanto sendo a nossa folha independente e sem afeição política, publicar e transcrever somente fatos favoráveis à causa do governo do Estado, seria dar-lhe o caráter de folha governista, o que não queremos; porque, quando informamos aos nossos subscritores e leitores dos fatos importantes que se passam no país e especialmente no Estado, o fazemos sem procurarmos o caminho da Grécia ou de Tróia. (...)

Desde o dia 15 de Novembro que temos mantido a nossa incontestável imparcialidade na arena dos partidos políticos militantes no Estado; e se temos analisado alguns atos governativos, sujeitando-os, algumas vezes, a uma crítica mais

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

severa, quando o caso requer, o fazemos sem a intenção de alarmar e nem de desprestigiar o Governo da República e muito menos o do Estado ao qual desejamos muitos dias felizes de prosperidade para o bem da Pátria e de nossos concidadãos. Quando assim, pensamos, quando [a autoridade pública] manda intimar a imprensa (...) para cessar a análise dos atos do governo ou deixar de publicar notícias referentes à revolução, vemos com pesar que há órgãos governistas que têm publicado notícias alarmantes e que perturbam a tranquilidade pública e nada se diz. (23 fev. 1893)

Nunca faltamos ao dever de patriotas, nem em tempo algum procuramos embaraçar o governo com descabida e sistemática oposição ou censuras estéreis, logo, estamos no nosso direito de insurgirmo-nos contra a "intimação", visto conhecermos a sua desigualdade na imprensa do Estado. (25 fev. 1893)

Ainda que tivesse suas páginas sob controle policial muito próximo, a folha ainda fez referências, mesmo que esporádicas, com relação ao conflito bélico que se espalhava pelo Rio Grande do Sul¹⁵. Sobre a tentativa de invasão do Rio Grande pelas forças rebeldes de Wandenkolk, o jornal limitou-se a afirmar que

¹⁵ O jornal limitava-se a publicar breves notícias sobre os acontecimentos militares, porém, a 26 de maio de 1893, publicou uma nota na qual deixava transparecer uma admiração pelos revoltosos: "Não se sabe que mais admirar nos federalistas; se a audácia assombrosa com que manobram; se a rapidez vertiginosa com que transpõem distâncias consideráveis, de que não conhecemos exemplo em tempo algum da história".

resolvera “esperar o correr dos acontecimentos, para com o espírito calmo e sossegado informar aos leitores do que sabia, visando simplesmente a verdade dos fatos”, transcrevendo a seguir a versão oficial emitida pelas autoridades locais. A partir de outubro de 1893, no entanto, o *Artista* passou a não mais publicar qualquer notícia a respeito da revolta no Rio Grande do Sul. Tendo em vista a nova legislação que entrava em vigor, a folha restringiu-se a um silêncio absoluto quanto às questões político-partidárias e mesmo às militares, editando cada vez mais amenidades e notícias do exterior em suas colunas.

Esse silenciar persistiu no ano seguinte e, até mesmo no episódio da tentativa de tomada do Rio Grande pelos federalistas e rebeldes da Armada de Custódio de Mello, o diário limitou-se a noticiar a frustrada invasão, centrando a narração na figura do General Bacellar e transcrevendo os manifestos deste chefe da resistência governista na cidade. Diante da revolta, o jornal restringiu-se a manifestar o desejo de um breve restabelecimento da normalidade no Estado, destacando que as “paixões partidárias e, não poucas vezes, ambições pessoais” tinham “criado dificuldades à marcha governativa do país e acirrado ódios até o extremo”, promovendo “lutas intestinas” as quais eram “o mais poderoso elemento da decadência de um povo”. Apelava, assim, para que se pensasse seriamente “nos erros passados, inaugurando uma época de paz e prosperidade”. Enfatizando novamente que não alimentava o mais pequeno vislumbre de paixão partidária”, o periódico fazia “os mais ardentes e sinceros votos para que fosse inaugurada uma época de verdadeira paz” (14 nov. 1894).

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

Na eleição do primeiro presidente civil, o *Artista* vislumbrou a possibilidade da pacificação do Estado, desde que o novo governante promovesse o “completo esquecimento e a inauguração de uma época” que fizesse “convergir para um só ponto as forças vivas do país, tendo como resultante o completo engrandecimento” do país (16 nov. 1894). Para o jornal, a guerra trazia terríveis consequências e lastimava que o ano de 1894 tivesse terminado ainda com o país “convulsionado pelas lutas intestinas, das quais, infelizmente para o Brasil e em especial para o Estado”, ainda não era possível, “com rigorosa precisão, determinar a época em que deveriam desaparecer”. Destacava que era “profundamente triste que os filhos da mesma terra, impelidos por paixões diversas”, não tivessem abandonado a luta, “unindo-se por abraços fraternais”; e desejava que no futuro ano fossem apaziguadas as “diversas facções políticas”, começando “uma época de paz e prosperidade”. Na opinião da folha, tornava-se “necessário esquecer completamente injúrias e divergências de tempos já passados”, demonstrando-se “a um mundo civilizado que, dotados de um espírito superior”, os rio-grandenses não deixariam prolongar-se uma luta que só trazia, “como necessária consequência, o estacionamento da terra” gaúcha (31 dez. 1894).

De acordo com esse espírito voltado à paz, o diário rio-grandino louvou, com entusiasmo, a pacificação da Revolução Federalista, obtida em agosto de 1895. Na sua concepção a paz só fora estabelecida a partir da interferência do poder federal o qual teria garantido condições “honrosas” aos beligerantes, fazendo prevalecer a ideia pacifista sobre a força das

paixões que pretendiam sustentar a guerra, em uma referência indireta à ação dos castilhistas:

Paz! É esta a palavra que neste instante psicológico irrompe de todos os lábios como uma expressão de alegria! Essa terrível luta fratricida que corroía o nosso organismo social e impedia o desenvolvimento deste abençoado torrão meridional, não mais chamará aos campos tintos de sangue os nossos irmãos, pois que o sábio governo da República, inspirado na justiça e no direito, exterminou o fenômeno de uma maneira honrosa, fazendo prevalecer a sua ação, a despeito de certas paixões políticas que se opunham à realização de tão nobre e sublime ideia. (...)

Devemos olvidar as guerras – esses terríveis fenômenos sociais – que aniquilam, deixando em sua passagem a miséria, o terror, o luto, a dor. Basta de sangue! (24 ago. 1895)

Mesmo após o encerramento da Revolução de 1893, o *Artista* buscou manter seu discurso voltado à imparcialidade e à independência quanto aos partidos políticos. O jornal afirmava que “a paixão partidária” não exercia qualquer tipo de influência no seu “espírito e desejo manifesto de conciliação da família rio-grandense” (6 abr. 1896), procurando também garantir que era um convicto defensor dos ideais republicanos (21 ago. 1896). Além de destacar que constituía uma “folha independente, sem filiações de partidarismo” e “fora da órbita onde giravam as paixões em excesso”, colocava-se como uma publicação “dedicada ao progresso desta terra rio-grandense, lutando pelas causas que mais a interessavam e dignificavam” (15 set.

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

1898). O periódico criticava os procedimentos da “imprensa partidária que levava a vida a atirar insultos e a só dar as notícias que favoreciam os seus ideais” (31 maio 1900), uma vez que considerava a imprensa como a “mantenedora da ordem”, a qual devia “esforçar-se por educar o povo nos nobres princípios da obediência à lei e do respeito pelos direitos humanos” (14 dez. 1900). Nesse quadro, o diário manteve um profundo silêncio sobre a Revolução Federalista e as disputas partidárias que marcaram o Estado, bem como sobre as sequelas advindas das mesmas.

A partir de 1901, o jornal passou por uma etapa de completa indefinição editorial, além de publicar artigos e manifestos tanto de castilhistas quanto de federalistas, a folha, em uma espécie de retorno às origens, voltou a tratar de assuntos intrinsecamente ligados ao operariado. Nessa indecisão quanto aos rumos editoriais, o periódico chegou a editar uma “Seção Operária” e artigos doutrinários a respeito do socialismo e das formas de organização dos trabalhadores. Nessa época, o responsável pelo jornal, Franklin da Fonseca Torres, teve de ausentar-se da cidade, deixando a sua publicação sob a responsabilidade de funcionários, período no qual, o número de anúncios diminuiu sensivelmente. Ao completar seu quadragésimo aniversário, o próprio diário reconhecia as dificuldades que enfrentava, afirmando que a sua publicação “atravessava um sem número de obstáculos cada qual mais terrível” e que só “lutando titanicamente contra os escolhos de uma existência tormentosa”, era conseguida a manutenção da sua circulação (15 set. 1902).

Ocorreram constantes tentativas de reorganização da folha, buscando modernizá-la e

adaptá-la aos novos tempos vividos pelo jornalismo. Foram anunciadas várias reformas tipográficas e prometidas diversas “novas fases”, à medida que diferentes redatores eram contratados como Francisco de Paula Pires e França Pinto¹⁶. Nessa busca de modernização o diário rio-grandino chegou a publicar caricaturas e fotografias nas suas páginas, em tentativas que não passaram, porém, de experiências pouco duradouras. Com o retorno de seu proprietário, o periódico passou por uma breve recuperação, mormente entre 1906 e 1907, quando obteve uma certa recuperação financeira e uma razoável reorganização editorial, buscando sustentar o modelo de uma publicação de caráter informativo¹⁷.

¹⁶ Francisco de Paula Pires foi redator do *Artista* em 1902, jornalista de carreira, trabalhou em diversas publicações gaúchas, como no rio-grandino *Rio Grande do Sul*. Luís de França Pinto (1860-1935) redigiu o jornal entre 1905 e 1906, era advogado, poeta e professor, sendo Secretário e Diretor do Ginásio Lemos Júnior, na cidade do Rio Grande. MARTINS. p. 442.

¹⁷ Nessa linha, o jornal buscou manter esta natureza informativa até 1910, explicando que: “O *Artista* obedece a uma orientação que já de longa data vem mantendo sem filiações à política partidária (...). É assim que o nosso empenho tenderá sempre para que esta folha seja o mais noticiosa possível, conserve uma parte comercial desenvolvida e proveitosa e procure por todos os meios, ainda que até ao sacrifício, bater-se pelo progresso local” (21 set. 1910).

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

Apesar das constantes reformas, “novas fases” e tentativas de modernização, a crise do periódico aprofundava-se e a quantidade de publicidade estampada em suas páginas decaía constantemente. Diante dessa situação, Franklin Torres optou por vender o *Artista* a Frediano Trebbi, em 14 de outubro de 1911. Esse novo proprietário, que tinha perdido judicialmente o direito de publicar o *Diário do Rio Grande*, em 1910, comprara outra folha rio-grandina no intuito de manter a sua circulação provisoriamente, até que obtivesse novamente garantias jurídicas para editar o *Diário*, mantendo, inclusive, na íntegra o programa do extinto jornal¹⁸. Sob a direção de Trebbi, o *Artista* intitulou a si mesmo como “órgão popular independente”, passou a ser, de modo praticamente exclusivo, um órgão de combate pessoal do proprietário para com seus adversários, além disso, o responsável pela folha

¹⁸ O novo proprietário avisava ao público: “Provisoriamente, até que os tribunais competentes nos restituam o direito de propriedade do título *Diário do Rio Grande*, que nos querem usurpar por meio de um registro violento, continuaremos a editar esta folha de publicidade, subordinando-a em tudo, aos moldes do nosso antigo jornal. Tão depressa, porém, alcançarmos ganho de causa no irritante pleito a que fomos arrastados (...) substituiremos o *Artista* pelo nosso *Diário do Rio Grande*” (14 nov. 1911). Frediano Trebbi foi um ativista político que praticou um jornalismo profundamente engajado contra o sistema oligárquico da República Velha. Atuou em diversos jornais nas primeiras décadas do século XX e, à época da Revolução de 1923, chegou a ser espancado e baleado, quando diretor do periódico *O Rebate*, em Pelotas. Conforme: RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 38.

retomou toda a discussão político-partidária que entabulava em seu outro jornal, desde a Campanha Civilista, promovendo constantes ataques à figura do Presidente da República Hermes da Fonseca.

O discurso político-partidário do jornal voltou-se em direção a um combate ferrenho ao sistema castilhista-borgista, considerado como uma “ditadura tirânica” que obstaculizava os caminhos do liberal povo rio-grandense, revelando o quanto ainda estava vivo o conflito discursivo entre governistas e federalistas no cenário político gaúcho¹⁹. Adotando uma postura de

¹⁹ Sob o título de “O civismo não morre”, o jornal afirmava: “Não há exemplo nesta pátria grandiosa ou fora dela de tanta abnegação na adversidade, de tanto altruísmo na dor, de tanta coragem na luta. Esmagado pela mais ferrenha das tiranias, comprimido pelo despotismo, alanceado pela opressão, ludibriado pela hipocrisia dos mandões, o rio-grandense não abre mão dos seus direitos, não retrocede na reivindicação do que legitimamente lhe pertence, não perde a esperança de melhores dias, não se abate pelo sofrimento, não se entrega, enfim, impassível, ao cutelo do algoz! (...) Outra fosse sim, a energia sem par do *gaúcho* rio-grandense e já não restaria um soldado da liberdade, em terras como as nossas, miseravelmente conquistadas pela ditadura ‘científica’, cujos males se vêm acentuando há vinte longos anos! (...) Venha a oportunidade porque todos anseiam (...) e o oposicionismo demonstrará, no terreno eleitoral ou no campo do sacrifício de qualquer espécie, se é ou não uma potência invencível, como já o demonstrou na memorável cruzada de 93. (...) É o Rio Grande a única porção do território da República onde há uma oposição arregimentada e, principalmente, dotada de vergonha. Não! O civismo rio-grandense não morre. Poderá ter esmorecimentos, mas como a *Fênix* da lenda, ressurgirá das

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

amplo vínculo ao liberalismo gasparista, o periódico referia-se aos representantes do mesmo como “a gloriosa falange oposicionista”, cujos “pró-homens, pelas suas virtudes cívicas e prestígio” seriam os melhores intérpretes dos “sentimentos do Rio Grande do Sul” (12 jan. 1912). Com relação ao agrupamento oposicionista, a folha denominava-o de “irredutível Partido Federalista” (16 ago. 1912), explicando que o mesmo consistia-se em “sentinela vigilante de todos os tempos, sem render-se, por maiores que fossem os revezes experimentados”, prosseguindo “a genialidade de Gaspar Martins”, que o criara, dirigira e, naquele momento, “subjetivamente, inspirava-o com os brilhantes ensinamentos deixados” (17 jun. 1912).

A retomada dos veementes pronunciamentos político-partidários veio a representar um rompimento com as constantes tentativas que o jornal buscara manter, durante a última década, de modernizar-se e adaptar-se ao jornalismo de então, predominantemente noticioso e com uma conduta de suposta neutralidade e equidistância quanto aos partidos políticos. A crescente concentração das atividades jornalísticas, quando só permaneceram os periódicos melhor organizados, apanharia o *Artista* em uma de suas mais graves crises, sendo que o número de anúncios publicados era cada vez mais reduzido e, com a retomada do embate partidário, a quantidade de publicidade reduziu-se drasticamente. Esse quadro de dificuldades foi ainda mais agravado tendo em vista o caráter “temporário” assumido pelo novo proprietário, mais interessado na

próprias cinzas, para esbofetear os algozes da felicidade coletiva!” (12 abr. 1912).

retomada da publicação de seu antigo jornal, do que em administrar os interesses de sua nova aquisição. E foi como “título provisório” que o *Artista* veio a encerrar suas atividades. Após quase meio século de vida esse seria o triste fim do diário rio-grandino, que deixou de circular a 21 de agosto de 1912.

Assim, o *Artista*, que desde os seus primórdios tinha por proposta um apoio ao liberalismo, ao passo que se afirmou como folha de circulação diária, sistematizou essa vinculação partidária, de modo a assumir uma feição doutrinária, em um processo de construção/desconstrução discursiva quanto a liberais e conservadores. Ao participar do jogo partidário característico do período imperial, atuando em prol de uma das forças em confronto, o jornal organizou seu discurso de acordo com as contingências situacionistas ou oposicionistas do Partido Liberal, promovendo a defesa dos ideais reformistas dessa agremiação, buscando garantir a manutenção da mesma no poder, ou ainda promover a sua ascensão, quando ela estivesse na oposição aos governos conservadores. Já a partir da República, desencadeou-se uma rotura nesse modelo discursivo, de maneira que o diário apresentou diversas posturas, desde um apoio inicial ao “fato consumado” da mudança na forma de governo, passando por uma censura às atitudes autoritárias dos novos governantes até apresentar-se como neutro diante das disputas partidárias, adotando uma conduta de profundo silêncio político. Ao lado dessa desarticulação discursiva, chegando a passar por uma fase de indefinição editorial, a folha enfrentava dificuldades crescentes tendo em vista a difícil adaptação à nova etapa de concentração em que vivia o jornalismo brasileiro. Desorganização discursiva

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

e crise financeira, agravadas durante a última e “temporária” fase assumida pelo periódico, na administração de seu derradeiro proprietário, levaram o *Artista* a um caminho sem volta que culminaria com a sua extinção em 1912²⁰.

²⁰ Publicado originalmente em: *Cinema e comunicação na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 2002. p. 9-55.

A última inversão partidária imperial sob o prisma caricatural do *Bisturi*

A formação histórica da época imperial foi profundamente marcada pelas inversões partidárias entre os dois partidos políticos dominantes, em um quadro pelo qual as disputas entre liberais e conservadores se acirrariam de modo crescente. Basicamente, a identidade partidária e o ponto de conflito entre eles se davam em torno das formas de empreender as reformas políticas e econômico-sociais; em geral, os liberais eram defensores de uma política reformista mais incisiva, ao passo que os conservadores pretendiam um processo mais gradual. Muitas vezes, porém, foram os conservadores que promoveram as reformas, no intento de esvaziar o programa liberal, resultando daí uma fragilidade básica no sistema político imperial, pois, os liberais não conseguiam implementar as medidas que sua ala reformista propunha, enquanto que os conservadores as implementavam mas à custa da unidade partidária²¹.

²¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. p.174-175.

Nesse contexto, as inversões partidárias levaram a cisões ainda mais profundas entre as duas agremiações, na alternância de posturas oposicionistas/situacionistas de acordo com o *status quo* político de cada momento. As alterações do partido à testa do governo traziam certa instabilidade, já que essas substituições implicavam em verdadeira reviravolta administrativa, pois se verificavam as famosas *derrubadas*, pelas quais ocorriam drásticas mudanças na ocupação do aparelho do Estado, desde o primeiro escalão do governo até os mais simples funcionários públicos. Dessa maneira, da capital às províncias e aos municípios era uma comoção geral, pelas novas administrações surgidas, uma vez que a mudança de situações provocava insegurança e temor geral²².

A última dessas inversões partidárias deu-se exatamente no ano que marcaria a derrocada da própria Monarquia. Envolvido em escândalo financeiro e com sérias dificuldades a serem resolvidas acerca da indenização aos ex-proprietários de escravos, o ministério conservador caiu em junho de 1889, cabendo aos liberais montarem o derradeiro dos gabinetes imperiais. O indicado para chefiar o novo ministério foi o Visconde de Ouro Preto, cuja difícil missão era resolver a profunda crise que ameaçava as instituições monárquicas.

No intuito de apaziguar a agitação nas forças militares, os mesmos foram chamados para ocupar as pastas militares e tendo em vista conter a propaganda republicana o novo gabinete buscou preparar um

²² IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.167.

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

programa audacioso, que inutilizasse a forma republicana, mas também não fosse tão audacioso que satisfizesse as alas mais avançadas do seu próprio partido que pretendiam a federação das províncias. Ouro Preto não queria chegar a tanto, pretendia, isto sim, uma espécie de meia federação, na qual os presidentes e vice-presidentes continuariam a ser nomeados como antes, apenas sua escolha agora seria feita a partir de listas organizadas pelo voto dos cidadãos arrolados, além do que continuaria sendo permitida a intervenção do poder central nas províncias, sempre que parecesse perigar a salvaguarda dos interesses nacionais²³. No Rio Grande do Sul, a nova situação liberal levaria Gaspar Silveira Martins à Presidência e, pela última vez, o Partido Liberal conseguiria dominar tanto o Executivo quanto o Legislativo provinciais.

Assim como nas demais inversões partidárias, a imprensa informou/opinou sobre a queda dos conservadores e a ascensão liberal em junho de 1889, por vezes adotando uma postura predominantemente noticiosa, mas, na maior parte, demonstrando um engajamento diante da mudança de controle do aparelho do Estado, no sentido de legitimar as ações do aliado e deslegitimar as do adversário. Tal processo se evidenciou também no Rio Grande do Sul, dando-se igualmente na cidade portuária do Rio Grande, núcleo provincial onde se praticava um jornalismo de ponta

²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1977. v.7. p. 354-355.

para os padrões da época. Naquele momento, os principais diários eram os liberais *Artista* e *Diário do Rio Grande*, que aplaudiram a transição partidária e o conservador *Eco do Sul*, que se opôs à alternância no poder. Ao lado dessa imprensa que se denominava de séria, circulavam também representantes da pequena imprensa, dentre eles um periódico que representava o gênero humorístico-ilustrado, que começara a ser editado em abril de 1888 sob o título de *Bisturi*.

Levando em conta o caráter incisivo que seu título inspirava, o *Bisturi* voltou-se a um jornalismo crítico-opinativo que, por meio de textos e desenhos, trazia uma versão da realidade calcada no humor, na ironia, na sátira e no sarcasmo. Além disso, empregava uma prática moralizadora, buscando identificar, denunciar e diagnosticar soluções para aquilo que considerava como mazelas que estariam a afetar a sociedade. Um dos seus maiores diferenciais era o uso da imagem, com a inclusão de ilustrações impressas a partir da técnica litográfica, levando ao público a arte caricatural que, a exemplo do que acontecia nas maiores localidades brasileiras, caiu no gosto do público leitor²⁴.

²⁴ Acerca da relevância do estudo da imprensa ilustrada e humorística, ver: BAHIA, Juarez. *Três fases da imprensa brasileira*. Santos: Ed. Presença, 1960. p. 39.; BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica; história da imprensa brasileira*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990. v.1. p. 129.; e MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 120-121. Sobre tal gênero jornalístico, observar: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. t. 80. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 583-609.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963; e TÁVORA, Araken. D. *Pedro II e*

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

Fundado em 1º de abril de 1888, o *Bisturi* circulou regularmente até 1893, prosseguindo depois, com irregularidade, até 1915. Desde o início, demonstrou uma proximidade com os liberais, notadamente no Rio Grande do Sul, com a ascendência do político Gaspar Silveira Martins. Nesse sentido, trazia constantes elogios para os aliados e atacava fortemente os adversários, tanto na esfera nacional, quanto na provincial e estadual, traçando ferrenhos combates com a imprensa conservadora e, mais especificamente no caso rio-grandino com o diário *Eco do Sul*. Estabelecia assim um acirrado conflito discursivo, bastante comum no periodismo de então que opunha liberais e conservadores.

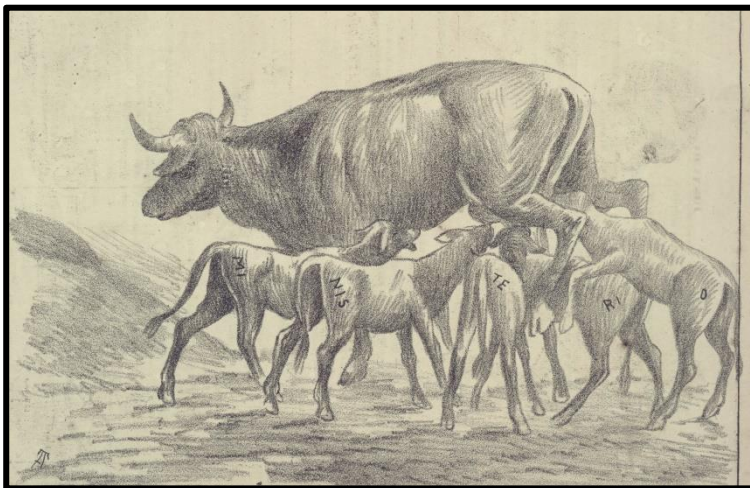
De acordo com tal perspectiva, desde o seu surgimento, o *Bisturi* promoveu forte campanha contra os conservadores que ocupavam o poder, observando tal governo pelo olhar do antagonismo, criticando e censurando as ações dos detentores do poder. Nesse sentido, antes mesmo da última inversão partidária imperial, o semanário rio-grandino já previa a queda do

o seu mundo através da caricatura. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976. A respeito da caricatura gaúcha, observar: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata no Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. Especificamente, sobre a caricatura na cidade do Rio Grande, ver: ALVES, Francisco das Neves. A imprensa caricata rio-grandina ao final do século XIX. In: *Anais da XVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1996. p. 253-256.; e ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa caricata rio-grandina e crítica política ao final do Império*. Biblos. v.8. Rio Grande: Ed. da FURG, 1996. p. 139-146.

gabinete conservador, por meio de caricatura, na qual o ministério tinha grande dificuldade para equilibrar-se em uma corda bamba, com a afirmação do periódico que tal grupo político estava “custando a aguentar-se no balanço” (28 abr. 1889). O hebdomadário imputava ao gabinete no poder a prática da malversação das verbas públicas, mostrando o ministério como um grupo de bezerros que pretendiam permanecer “agarrados à inesgotável teta da nação” (19 maio 1889).



POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS



O desejo político do periódico quanto à queda do gabinete conservador viria a se confirmar no início de junho de 1889 e, de acordo com suas convicções liberais, a publicação ilustrada aplaudiu a derrocada dos adversários e a ascensão de seus aliados por meio do editorial prenhe em sarcasmo intitulado “Apodreceu”:

O ministério não pode ceder à ação destruidora da *lepra* que progressivamente lhe corrompia as carnes e caiu na vala comum no mais completo estado de putrefação.

Santo Breve da Marca, Deus nos livrou de tal, leitores.

O imperador, por mais que procurasse entre as falanges conservadoras quem quisesse tomar a *prebenda* de organizar o ministério, não lhe foi possível encontrar, sendo todos os que foram chamados a Petrópolis concordes em declarar

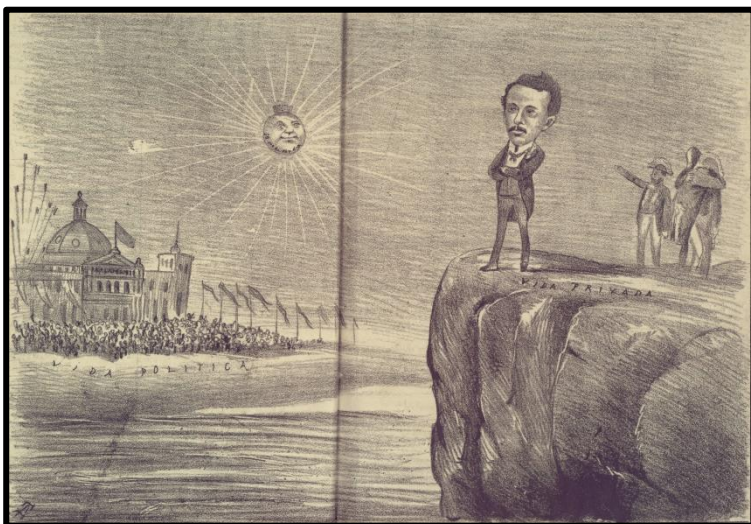
solenemente que não tomaram parte alguma na reorganização do ministério e que “é impossível a continuação de seu partido no poder, sem grave comprometimento dos grandes interesses do país, em jogo na atualidade!”

Lutando, pois, a coroa com estes obstáculos, teve bem contra a sua vontade de chamar ao poder o Partido Liberal, únicos que poderão salvar o país e com quem está a opinião pública.

E na verdade realizado que seja esse nosso feliz pensamento, a coroa reconhecerá ainda uma vez que entre os mais proeminentes membros do grande Partido Liberal, encontram-se, como digno de bem governarem o país, o conselheiro Gaspar Martins, Afonso Celso, Dantas, Leão Veloso, Saraiva, A. Pena, Soares Brandão, Diana, Maciel e tantos outros que bem merecem a gratidão da pátria e no caso de realizarem as suas aspirações. (9 jun. 1889)

Em registro caricatural, o chefe do último gabinete conservador, João Alfredo Correia de Oliveira, junto de alguns de seus companheiros que lastimavam a derrota, encontrava-se isolado no alto da montanha da “vida privada”, ou seja, afastados de seus cargos, observando ao longe os festejos que se davam em frente ao parlamento imperial, com a comemoração vitoriosa dos liberais, dominando a “vida política” nacional. No desenho, os conservadores eram comparados aos “exilados em Santa Helena”, que lançavam “um olhar para o passado”. Com ironia, o periódico concluía: “Coitados, agora só por um óculo”, poderiam observar o poder (9 jun. 1889).

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS



O fim do governo conservador serviu como oportunidade para que o *Bisturi* tripudiasse dos membros do Partido Conservador, como foi o caso do artigo denominado “Andam sorumbáticos”. Segundo o periódico, “com a queda do ministério, andam de mau humor” os conservadores, “compreendendo-se o seu estado de alucinação”, pois “tiraram-lhe a mamata, a teta do governo”. As críticas voltavam-se aos conservadores citadinos, que estariam “de mau humor” e, “com efeito, não é para menos”. Descrevia que, diante do ocorrido, o diário conservado *Eco do Sul* “não quis desta vez iluminar a fachada do seu *magnífico* edifício, da redação do importante órgão conservador”, além do que, “as paredes do órgão da Rua Pedro II têm-se conservado negra e fúnebre como a cara de um credor”. Apontava ainda que não houvera “nem uma lanterna com a pobre

vela de sebo, nem uma candeia com pouco cheiroso azeite, nem um foguete”, mesmo que os conservadores tivessem “feito aquisição de 30 dúzias de foguetes e bombas de estouro”, com o intento de “acenderem em glória ao triunfo do seu partido, que, por grande desgraça, ficou para sempre partido”. Assim, considerava os adversários como “desgraçados” pois “desta vez não lhes foi permitido ‘nem um pirilampo no espaço’”, estando eles “decididamente de candeias às avessas” (9 jun. 1889).

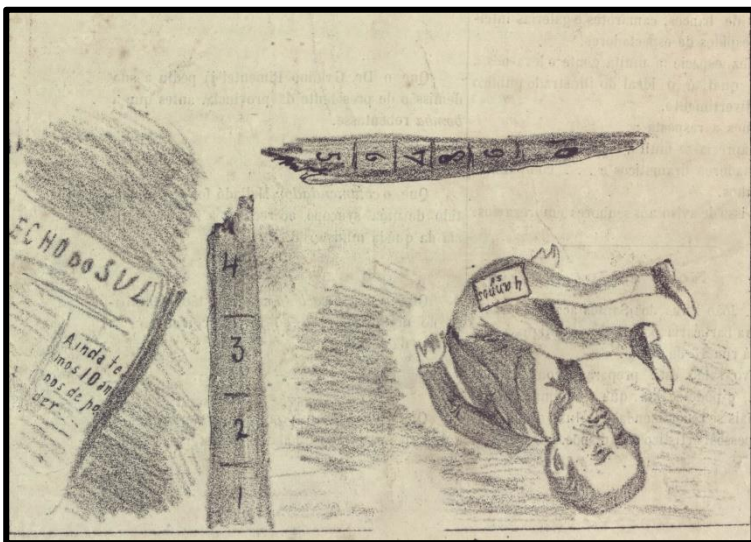
A prática das *derrubadas* já ficava evidenciada, descrita por meio da nota “Seria um desastre?”, segundo a qual o semanário se referia à ocupação de cargos a partir da inversão partidária. Segundo o periódico, “o célebre indivíduo Pedro Torrador tem feito propalar nesta cidade que, com a mudança da situação, seria em breve nomeado subdelegado de polícia”. Frente a tal possibilidade, argumentava que “ninguém que preze a civilização e a moral de um povo pode dar crédito a semelhante boato”, que, se viesse “a tornar-se uma realidade seria um desastre para o partido e uma afronta para a sociedade rio-grandense”. Contrapunha-se a isso, argumentando que “o Partido Liberal conta felizmente no seu grêmio” com “um punhado de cidadãos criteriosos, moralizados e decentes, não tendo a menor necessidade de procurarem entre os réprobos sociais quem” viesse a “assumir posições tão elevadas”. Em conclusão, a folha rio-grandina declarava que, “fazendo justiça ao critério e à moralidade do partido dominante, desde já podemos asseverar, que tão funesta nomeação não se realizará” (9 jun. 1889).

A tristeza dos conservadores pela perda do controle do aparelho do Estado era demonstrada

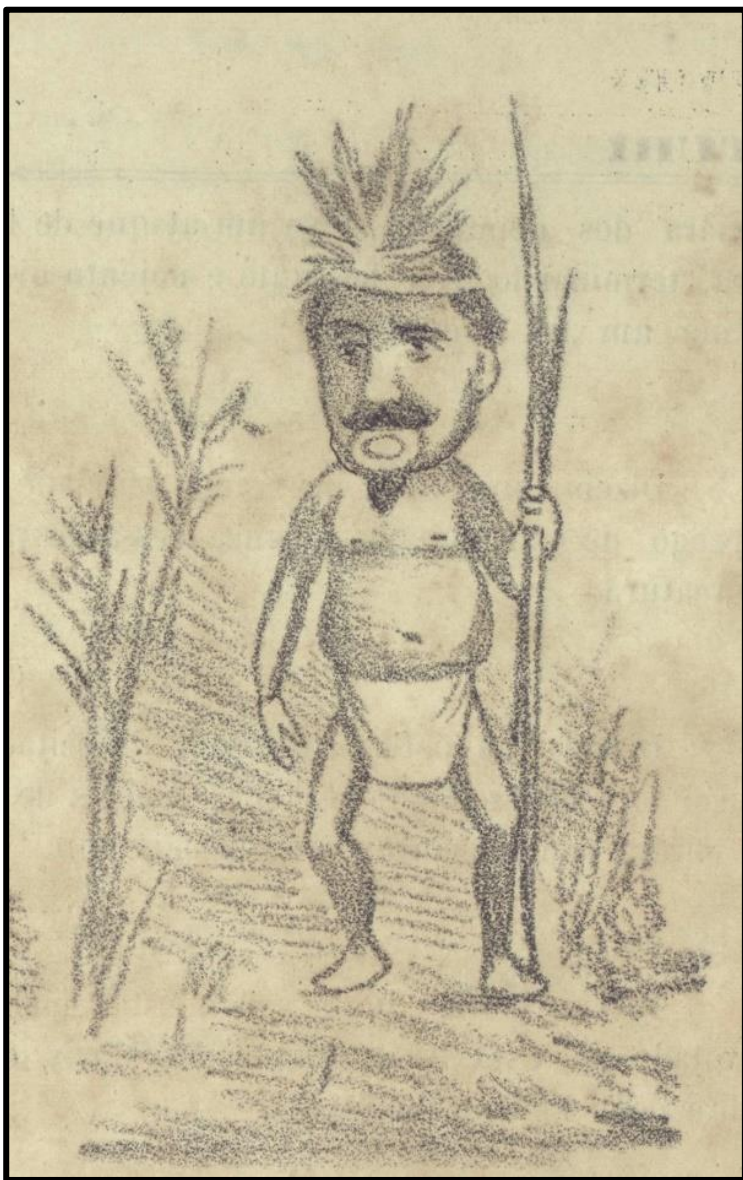
POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO
GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

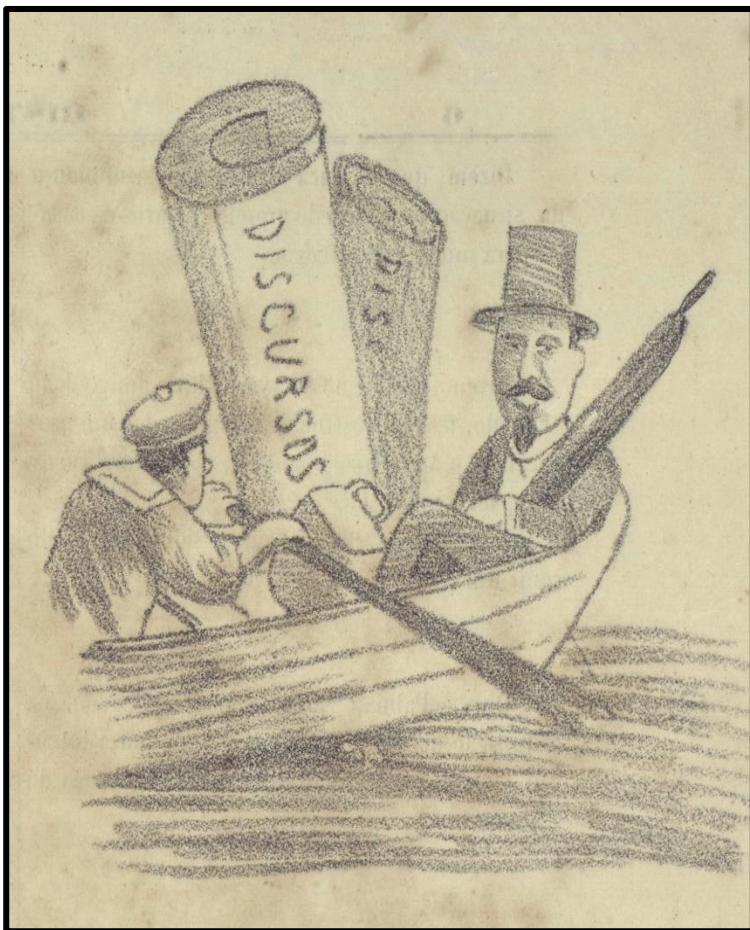
também por alguns representantes locais de tal agremiação que, frente à comemoração dos adversários, mostravam-se taciturnos e decepcionados, com a descrição de que “os conservadores andam com umas caras... mas que caras coitados”. Na mesma linha, um conservador local tomava um enorme tombo, pois já se imaginava nas alturas do poder, conforme previra o *Eco do Sul* (9 jun. 1889). O escárnio para com os conservadores permanecia, mostrando um deles, em carregado conteúdo irônico, “armado como um botocudo”, bem como “carregado de fulminantes discursos”, pronto para receber uma comenda associada à burrice e chegando a ser alvo do erguimento de um “monumento ao grande vulto” (30 jun. 1889). Esse potencial candidato conservador era apresentado ainda como a entrar “em convalescença”, vindo para o leito no qual era tratado pelo médico por meio de óleo de rícino, mantendo-se o tom jocoso ao tratar do adversário (7 jul. 1889).

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



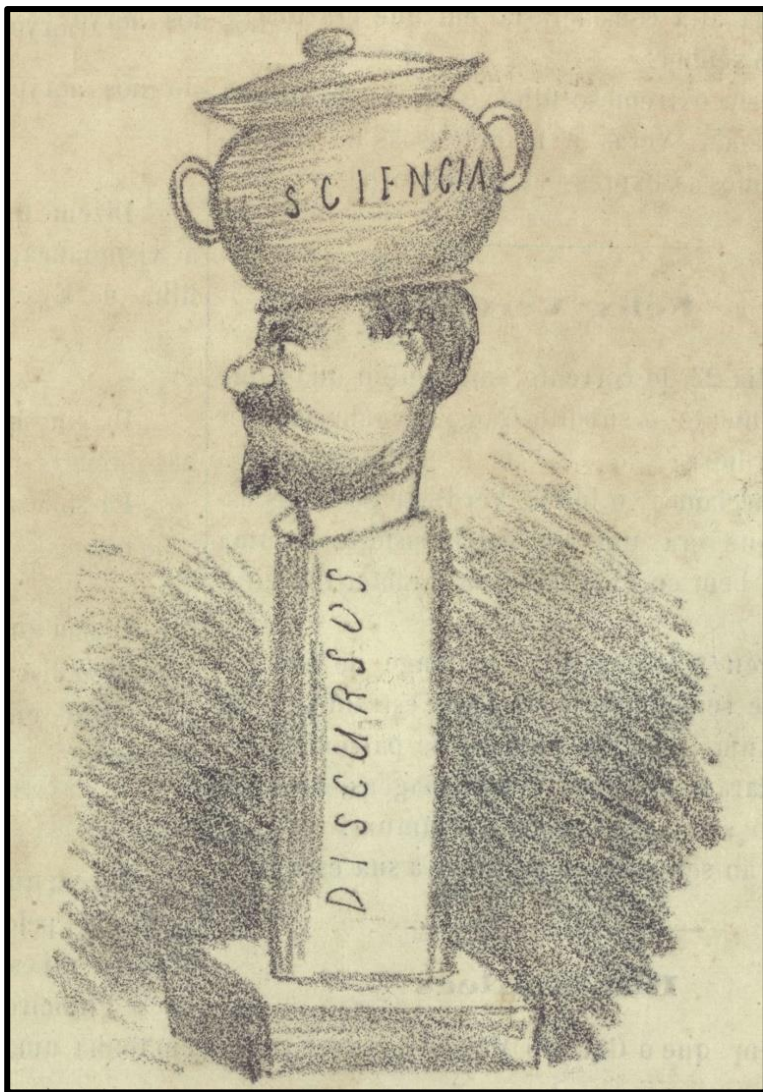
POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO
GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS



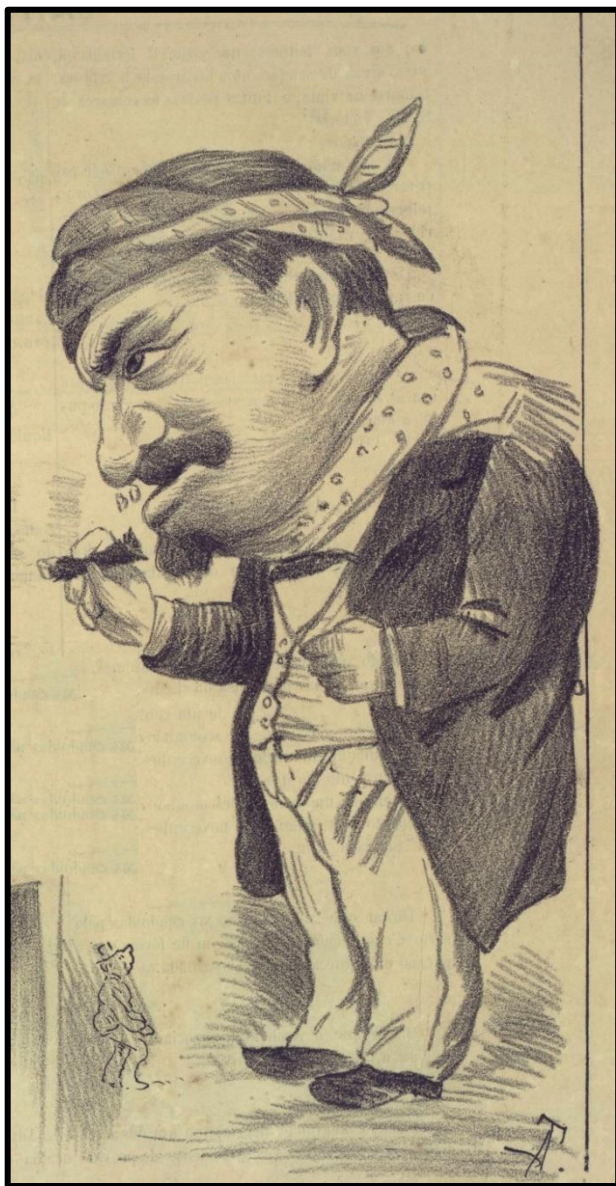


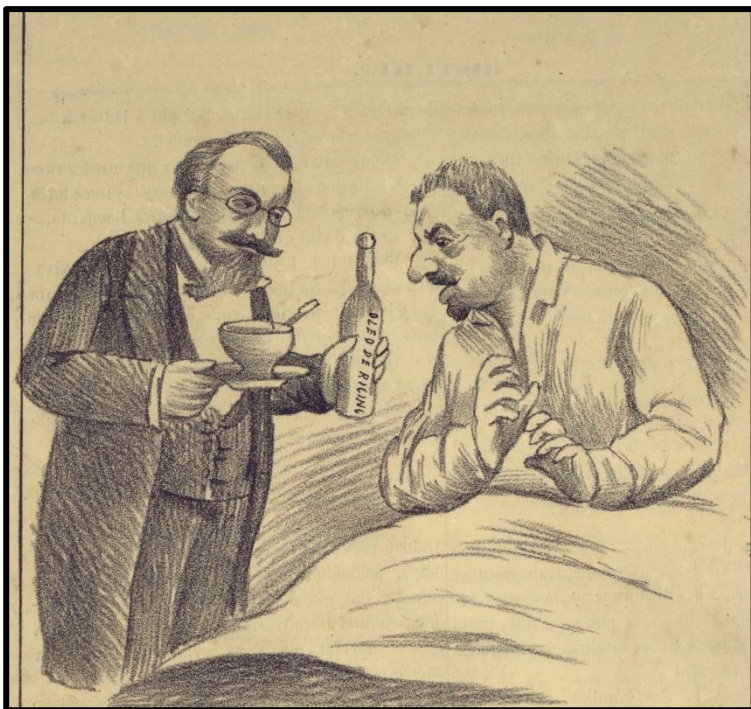
POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO
GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS





POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO
GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS





Por outro lado, os aliados eram personificados pelo líder liberal Silveira Martins, que, mantendo a prática das *derrubadas*, de espingarda em punho, adentrava as repartições públicas para “dar grande caçada” aos seus opositores. Na mesma linha, o chefe liberal aparecia com uma longa espada vinculada às demissões para promover o expurgo dos adversários e o afastamento dos boatos (30 jun. 1889). Gaspar da Silveira Martins era visto ainda como um ser ascensional, que subia aos céus, transcendendo as condições materiais da existência, além de contar com um livro em uma das mãos, em alusão à sua suposta sabedoria. A perspectiva

POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS

de uma certa divinização era também demonstrada pela legenda, segundo a qual ali estava representada “a passagem de Vênus, sempre radiante e bela, embora a rodeiem de infâmias e opressões”. O líder liberal era ainda homenageado por meio do editorial intitulado “Conselheiro Gaspar S. Martins”, que anunciava a sua visita à cidade do Rio Grande (7 jul. 1889):

A cidade do Rio Grande, orgulhosamente prepara-se para em breve saudar em sua passagem o benemérito conselheiro Gaspar Silveira Martins, a quem o governo por um ato de alta justiça acaba de confiar-lhe os destinos desta Província.

O prestante cidadão que por esse poucos dias deve pisar no solo desta terra que o admira e respeita, pelas qualidades morais e pelo grande talento que possui, é incontestavelmente uma das mais legítimas glórias da nação brasileira.

Não pretendemos, nem nos animamos a traçar a biografia desse grande patriota, do ilustre conselheiro Gaspar Silveira Martins, porque reconhecemos a nossa incompetência para isso.

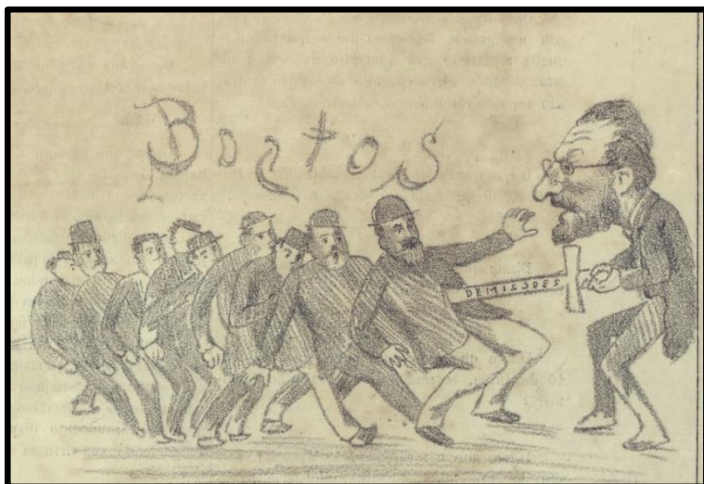
Com essas ligeiras linhas, apenas queremos render a devida homenagem ao alto merecimento do eminente cidadão, que tão relevantes serviços tem prestado ao seu país.

Dotado das mais eminentes qualidades, que constituem os grandes caracteres, cheio de vida, de inteligência e de amor pelo seu país, o ilustre conselheiro, muito tem ainda a fazer em sua carreira pública.

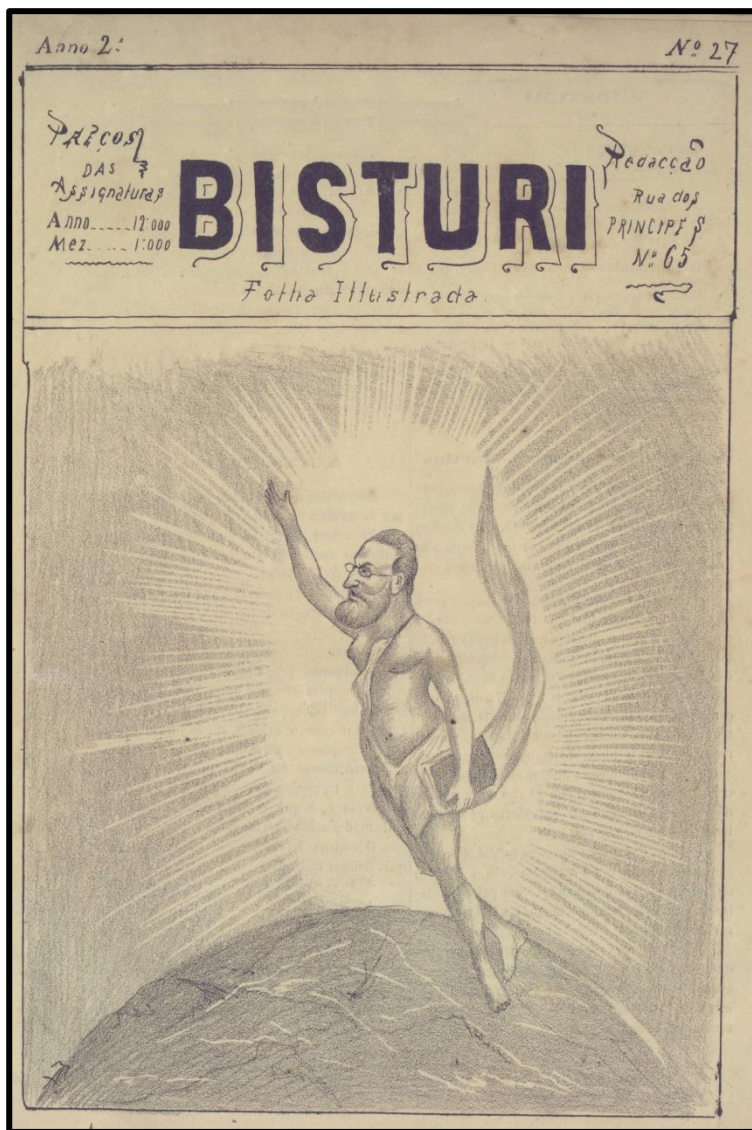
Dando as boas vindas ao ilustre cidadão, pedimos-lhe queira aceitar os protestos de muita estima e consideração, que daqui, da humilde mesa

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

de trabalho desta redação, muito respeitosamente
lhe endereçamos.



POLÍTICA E IMPRENSA LIBERAL NA CIDADE DO RIO
GRANDE: DOIS ESTUDOS HISTÓRICOS



Assim, a queda dos conservadores e a ascensão dos liberais em junho de 1889 serviu como oportunidade para que o *Bisturi* manifestasse abertamente suas convicções político-partidárias. Para tanto carregou nas cores da ironia e do sarcasmo para desqualificar os adversários, criticando-os e censurando suas ações, considerando-os como incapazes para exercer a administração pública. Por outro lado, os aliados eram alvo de todos os elogios, apontados como os verdadeiros homens de Estado, plenamente hábeis para exercer os cargos de mando no país. Nesse sentido, a derradeira inversão política de 1889 esteve plenamente a contento para que o semanário ilustrado rio-grandino sustentasse o tradicional conflito discursivo do jogo partidário imperial, sustentando a causa liberal e opondo-se fortemente aos conservadores.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



9 786553 060838

ISBN: 978-65-5306-083-8